

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO – UEMA
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS – CCA
CURSO DE AGRONOMIA

HÉLIO MAURÍCIO VALOIS MORAES

**AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES NA MICRORREGIÃO DA AGLOMERAÇÃO
URBANA DE SÃO LUÍS:** desafios e oportunidades para um desenvolvimento sustentável

SÃO LUÍS – MA

2025

HÉLIO MAURÍCIO VALOIS MORAES

**AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES NA MICRORREGIÃO DA AGLOMERAÇÃO
URBANA DE SÃO LUÍS: desafios e oportunidades para um desenvolvimento sustentável**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Curso de Agronomia da Universidade
Estadual do Maranhão (UEMA), como
requisito parcial para obtenção do título de
Bacharel em Agronomia.

Orientadora: Profa. Dra. Ana Maria Aquino
dos Anjos Ottati.

SÃO LUÍS – MA

2025

Moraes, Hélio Maurício Valois.

Agroindústrias familiares na microrregião da aglomeração urbana de São Luís: desafios e oportunidades para um desenvolvimento sustentável. / Hélio Maurício Valois Moraes . - São Luís - MA, 2025.
66 f.

Monografia (Graduação em Agronomia) - Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2025.

Orientadora: Profa. Dra. Ana Maria Aquino dos Anjos Ottati.

1. Agregação de valor. 2. Agricultura familiar. 3. Fortalecimento produtivo. 4. Políticas públicas. 5. Maranhão. I. Título.

CDU: 631.115.1(812.1)

Elaborado por Luciana de Araújo - CRB 13/445

HÉLIO MAURÍCIO VALOIS MORAES

**AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES NA MICRORREGIÃO DA AGLOMERAÇÃO
URBANA DE SÃO LUÍS: desafios e oportunidades para um desenvolvimento sustentável**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Curso de Agronomia da Universidade
Estadual do Maranhão (UEMA), como
requisito parcial para obtenção do título de
Bacharel em Agronomia.

Aprovado: 12/12/2025

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 **ANA MARIA AQUINO DOS ANJOS OTTATI**
Data: 19/01/2026 15:27:40-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**Profa. Dra. Ana Maria Aquino dos Anjos Ottati –
Orientadora DER/CCA/UEMA**

Documento assinado digitalmente
 **POLIANA OLIVEIRA CARDOSO**
Data: 23/12/2025 14:58:11-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**Profa. Dra. Poliana Oliveira Cardoso
DER/CCA/UEMA**

Documento assinado digitalmente
 **STALYS FERREIRA ROCHA**
Data: 23/12/2025 09:11:03-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**Prof. Dr. Stalys Ferreira Rocha
DER/CCA/UEMA**

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por iluminar meus caminhos e me conceder força e perseverança durante toda a trajetória acadêmica.

Manifesto minha profunda gratidão à minha família, pelo apoio incondicional, carinho e incentivo constante, fundamentais para a realização deste trabalho.

Aos meus professores, expresso reconhecimento especial pelo compartilhamento de conhecimento, pela orientação dedicada e por todo o suporte ofertado ao longo do Curso, contribuindo de maneira significativa para minha formação e para o desenvolvimento deste trabalho.

“A felicidade não é ausência de conflitos, mas a habilidade de lidar com eles. Uma pessoa feliz não tem o melhor de tudo; ela torna tudo melhor...”

Autor Desconhecido.

RESUMO

A agricultura familiar representa um dos pilares fundamentais da produção de alimentos e do desenvolvimento rural no Brasil, exercendo papel essencial na segurança alimentar, na geração de renda e na sustentabilidade ambiental. No Maranhão, a agricultura familiar assume destaque, sendo responsável por grande parte da produção agropecuária do Estado. Nesse contexto, as agroindústrias familiares surgem como uma estratégia de agregação de valor à produção primária, de diversificação das fontes de renda e de fortalecimento da economia local. O presente trabalho teve como objetivo analisar os desafios e as oportunidades relacionados à implantação, funcionamento e fortalecimento das agroindústrias familiares na microrregião da Aglomeração Urbana de São Luís. Para isso, foram identificados os principais obstáculos nas dimensões legal, financeira, de assistência técnica e infraestrutura; analisados os entraves burocráticos e sanitários no acesso aos Serviços de Inspeção (SIM, SIE e SIF); e investigada a qualidade da Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) voltada a essas agroindústrias. A pesquisa foi desenvolvida com abordagem qualitativa e descritiva, utilizando dados primários e secundários. Foram aplicados questionários semiestruturados a 17 agroindústrias familiares localizadas nos municípios de São Luís, São José de Ribamar e Paço do Lumiar. Os resultados indicaram que a maioria das agroindústrias opera de forma individual e enfrenta dificuldades significativas relacionadas à infraestrutura, à formalização legal e ao acesso a crédito e assistência técnica. Entretanto, o estudo também identificou oportunidades associadas aos mercados institucionais, à valorização dos produtos locais e à expansão de políticas públicas voltadas à agroindustrialização familiar. Conclui-se que o fortalecimento dessas agroindústrias exige a superação dos gargalos identificados e depende da proposição de diretrizes e da integração entre políticas de crédito, extensão rural, inspeção sanitária e apoio organizacional, visando à construção de um modelo de desenvolvimento rural sustentável e territorializado.

Palavras-chave: agregação de valor; agricultura familiar; fortalecimento produtivo; políticas públicas; Maranhão.

ABSTRACT

Family farming represents one of the fundamental pillars of food production and rural development in Brazil, playing an essential role in food security, income generation, and environmental sustainability. In the state of Maranhão, family farming stands out, being responsible for a large part of the State's agricultural production. In this context, family agro-industries emerge as a strategy for adding value to primary production, diversifying income sources, and strengthening the local economy. The present study aimed to analyze the challenges and opportunities related to the implementation, operation, and strengthening of family agro-industries in the micro-region of the São Luís Urban Agglomeration. To achieve this, the main obstacles were identified across the legal, financial, technical assistance, and infrastructure dimensions; bureaucratic and sanitary barriers in accessing Inspection Services (SIM, SIE, and SIF) were analyzed; and the quality of Technical Assistance and Rural Extension (ATER) directed at these agro-industries was investigated. The research was developed with a qualitative and descriptive approach, using primary and secondary data. Semi-structured questionnaires were applied to 17 family agro-industries located in the municipalities of São Luís, São José de Ribamar, and Paço do Lumiar. The results indicated that most agro-industries operate individually and face significant difficulties related to infrastructure, legal formalization, and access to credit and technical assistance. However, the study also identified opportunities associated with institutional markets, the valorization of local products, and the expansion of public policies aimed at family agro-industrialization. It is concluded that the strengthening of these agro-industries requires overcoming the identified bottlenecks and depends on the proposition of guidelines and the integration of credit, rural extension, sanitary inspection, and organizational support policies, aiming at the construction of a sustainable and territorialized rural development model.

Keywords: value aggregation; family farming; productive strengthening; public policies; Maranhão.

LISTAS DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	Representação dos municípios de São Luís, Paço do Lumiar, São José de Ribamar e Raposa	30
Quadro 1	Perfil Socioeconômico (Idade, Escolaridade e Sexo)	35
Quadro 2	Média de dificuldade percebida por aspecto (Escala 1 a 6)	41
Quadro 3	Matriz de articulação causa-proposta	49

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Distribuição geográfica das agroindústrias pesquisadas	34
Tabela 2	Tipos de produtos processados	36
Tabela 3	Acesso à assistência técnica para a agroindústria	37
Tabela 4	Avaliação de qualidade da assistência técnica	38
Tabela 5	Área de assistência técnica recebida (n=10)	38
Tabela 6	Nível de formalização das agroindústrias pesquisadas	39

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	OBJETIVOS	14
2.1	Objetivo	14
	geral	
2.2	Objetivos	14
	específicos	
3	REFERENCIAL TEÓRICO	15
3.1	A agricultura familiar como pilar estratégico no contexto brasileiro e maranhense	15
3.2	Agroindústria familiar	16
3.3	Desenvolvimento rural sustentável	18
3.4	Agroindústrias familiares: entraves e desafios para o desenvolvimento rural	19
3.4.1	Entraves técnicos e de qualificação	20
3.4.2	Entraves legais e burocráticos	20
3.4.3	Dificuldades de acesso a crédito e financiamento	21
3.4.4	Exigências sanitárias e barreiras de comercialização	22
3.4.5	Carências de infraestrutura	23
3.4.6	Políticas públicas e marcos regulatórios para as agroindústrias familiares	23
3.4.7	Políticas de fomento e comercialização	24
3.4.8	O Selo Arte como alternativa regulatória	25
3.4.8.1	<i>Procedimento e exigências para a obtenção de Selo arte</i>	<i>25</i>
3.4.9	A Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER): panorama nacional e contexto regional	26
3.4.9.1	<i>Desafios na Efetividade da ATER para Agroindústrias Familiares</i>	<i>28</i>
4	METODOLOGIA	30
4.1	Abordagem metodológica	30
4.2	Delineamento da pesquisa, universo e amostra	31
4.3	Instrumentos e procedimentos de coleta de dados	31
4.4	Tratamento e análise dos dados	32
4.5	Aspectos éticos e da pesquisa	32
4.6	Considerações finais do Capítulo	33

5	RESULTADOS E DISCUSSÃO	34
5.1	Perfil das agroindústrias familiares	34
5.1.1	Perfil socioeconômico do produtor familiar	35
5.1.2	Perfil econômico e potencial produtivo	36
5.2	Aspectos técnicos de infraestruturas e estratégias	36
5.2.1	Acesso e foco da Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER)	37
5.2.2	Foco da assistência técnica e lacunas estratégicas	38
5.2.3	Infraestrutura e obsolescência tecnológica	39
5.3	Aspectos legais e sanitários	39
5.4	Desafios e oportunidades	40
5.5	Aplicação das políticas de fomento e comercialização na microrregião da Aglomeração Urbana de São Luís	41
5.6	Desafios de inspeção sanitária e regulação	43
5.7	Síntese interpretativa dos resultados	44
6	VULNERABILIDADE E DESAFIOS ESTRUTURAIS	46
7	RECOMENDAÇÕES PARA O SETOR	48
7.1	Papel dos atores institucionais	48
7.2	Matriz de Articulação Causa-Proposta	49
8	CONCLUSÃO	50
	REFERÊNCIAS	51
	APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO APLICADO AOS PROPRIETÁRIOS DAS AGROINDÚSTRIAS	55

1. INTRODUÇÃO

A agricultura familiar ocupa posição estratégica na configuração produtiva e socioterritorial do Brasil, sendo responsável por parcela relevante do abastecimento alimentar, pela ocupação do território e pela reprodução sociocultural de comunidades rurais. Dados do Censo Agropecuário de 2017 indicam que mais de 77% dos estabelecimentos agropecuários do país enquadram-se na categoria de base familiar, evidenciando sua capilaridade e importância econômica e social. Nessa direção, a literatura especializada sublinha que a agricultura familiar, por mobilizar predominantemente trabalho do próprio núcleo doméstico, possui capacidade ímpar de gerar inclusão produtiva, diversificar sistemas de cultivo e preservar culturas locais.

Nesse sentido, a categoria da agricultura familiar é entendida por pesquisadores como um eixo estruturante do espaço rural, pois, além de sua inegável contribuição para a produção de alimentos, ela cumpre relevante função social, econômica e ambiental (Silva; Del Grossi, 2001). De fato, o segmento não se limita a fornecer matérias-primas, mas contribui diretamente para a resiliência territorial e a segurança alimentar.

Nesse cenário, as agroindústrias familiares emergem como estratégia para agregar valor à produção primária, ampliar renda, garantindo a sucessão e manutenção das pequenas propriedades rurais e promover o desenvolvimento territorial sustentável. Em perspectiva convergente, a agroindustrialização da produção familiar é caracterizada como uma estratégia de desenvolvimento rural voltada para a transformação de excedentes agrícolas em produtos de maior valor agregado, contribuindo para o fortalecimento da autonomia dos agricultores (Mattei, 2006).

A literatura recente comprova que a agroindustrialização é uma maneira eficaz de reduzir a dependência da produção primária e manter a riqueza nos territórios (Souza; Borges, 2018). Sabourin (2007), ao situar a agroindústria familiar como campo fértil de inovação social e técnica, destaca sua capacidade de articular saberes locais a práticas sustentáveis, ampliando a inserção econômica de agricultores. Ainda que os programas federais e estaduais venham ampliando a atenção à agroindustrialização (PRONAF¹, PAA e PNAE), persistem limitações técnicas, legais, financeiras e organizacionais (Grisa; Schneider, 2015).

No Maranhão, essa realidade ganha contornos ainda mais expressivos, tendo em vista que 85% dos estabelecimentos rurais são de agricultores familiares (IBGE, 2017). A relevância histórica e social da agricultura familiar tem sido reforçada por políticas públicas

¹ Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.

como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que priorizam a compra direta de produtos da agricultura familiar, incentivando a formalização, estruturação produtiva e dinamização de pequenas agroindústrias. Exemplos em setores como polpas, mandioca, mel, panificação, leite e derivados, mostram um forte potencial de transformação, especialmente quando ligadas ao cooperativismo e à economia solidária. Essas iniciativas fortalecem cadeias curtas², pois, ao se fixarem nas regiões, as agroindústrias familiares mantêm laços com os mercados locais e hábitos alimentares regionais (Schneider, 2003).

A microrregião de São Luís (que inclui São Luís, São José de Ribamar, Raposa e Paço do Lumiar) é um mosaico urbano-rural onde a agricultura familiar ainda é forte. No entanto, as agroindústrias dessa região enfrentam problemas específicos: alta informalidade, acesso limitado à Assistência Técnica (ATER), infraestrutura deficiente e grandes barreiras sanitárias e legais (Cunha; Reis, 2020). Em regiões metropolitanas, os desafios se tornam ainda mais complexos, incluindo a competição pelo uso do solo, a invisibilidade do setor rural nas políticas urbanas e a falta de políticas públicas adaptadas à realidade periurbana (Grisa; Schneider, 2015).

Diante do exposto, formula-se a seguinte questão de pesquisa: Quais são os principais desafios e oportunidades para a implantação, o funcionamento e o fortalecimento das agroindústrias familiares na microrregião da Aglomeração Urbana de São Luís, considerando as dimensões técnica, legal, financeira, organizacional e de infraestrutura? A abordagem territorial proposta permite enxergar tais entraves em sua vivência prática, com vistas à formulação de diretrizes operacionais que alinhem a sustentabilidade, a inclusão produtiva e a dinamização econômica. Socialmente, o trabalho sistematiza vozes e experiências de agricultores e agro empreendedores familiares, tornando visível suas dificuldades e propostas para que sejam consideradas nos processos decisórios e nos instrumentos de política pública.

O trabalho organiza-se em cinco capítulos. Após esta Introdução (Cap. 1), apresenta-se os Objetivos (Cap. 2); o Referencial Teórico (Cap. 3), discutindo agricultura familiar, agroindustrialização e desenvolvimento sustentável, com destaque para o contexto da Aglomeração Urbana de São Luís. Em seguida, descreve-se a Metodologia (Cap. 4), contemplando delineamento, instrumentos e procedimentos de análise. O Capítulo 5 traz os Resultados e Discussão, com ênfase nos desafios e oportunidades identificados; o capítulo 6

² Também chamados de circuitos de aproximação ou circuitos locais ou circuitos regionais ou cadeias curtas ou cadeia produtiva curta ou cadeias agroalimentares curtas ou circuitos curtos de comercialização de alimentos (CCCA).

reúne as Recomendações, propondo diretrizes para o fortalecimento das agroindústrias familiares no território estudado; por fim, o Capítulo 7 com as Conclusões.

2. OBJETIVOS

2.1 Objetivo geral

Analisar os desafios e as oportunidades relacionados à implantação, funcionamento e fortalecimento das agroindústrias familiares na microrregião da Aglomeração Urbana de São Luís, com ênfase nas dimensões técnica, legal, financeira, organizacional e de infraestrutura.

2.2 Objetivos específicos

- a)** Identificar os principais obstáculos na implantação de agroindústrias, especialmente no tocante a legislação, financiamento, assistência técnica e infraestrutura;
- b)** Analisar entraves burocráticos e sanitários, destacando as dificuldades de acesso ao SIM (Serviço de Inspeção Municipal), SIE (Serviço de Inspeção Estadual) e SIF (Serviço de Inspeção Federal);
- c)** Investigar o acesso e a qualidade da Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) voltada às agroindústrias;
- d)** Propor diretrizes e estratégias para orientar políticas públicas e ações da sociedade civil ao fortalecimento da agroindustrialização familiar.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 A agricultura familiar como pilar estratégico no contexto brasileiro e maranhense

A agricultura familiar representa um dos principais eixos estruturantes da produção agroalimentar, da organização social e da sustentabilidade do meio rural brasileiro. Mais do que um modo de produção, constitui um modelo de vida e organização do trabalho, profundamente vinculado à reprodução sociocultural das comunidades rurais. No país, seu papel ultrapassa a dimensão produtiva, consolidando-se como instrumento de segurança alimentar, inclusão social e desenvolvimento territorial sustentável.

A importância da agricultura familiar é reconhecida legalmente pela Lei nº 11.326/2006, que define critérios objetivos de enquadramento, como o uso predominante de mão de obra familiar e a gestão direta pelo produtor (Brasil, 2006). Segundo Schneider (2014), essa formalização é fundamental para conferir identidade aos agricultores, reconhecendo-os como sujeitos de direitos e viabilizando políticas públicas específicas. Contudo, essa relevância socioeconômica coexiste com vulnerabilidades estruturais históricas. Como observa Delgado (2012, p. 57),

A fragilidade do setor não reside na sua capacidade produtiva, mas nas condições adversas de operação, o que demanda políticas de Estado voltadas à emancipação econômica e à valorização do conhecimento tradicional, superando a lógica do assistencialismo.

A ausência de políticas integradas e de assistência técnica eficiente, somada ao acesso restrito ao crédito e aos mercados, mantém entraves como a informalidade e a precariedade logística, dificultando a inserção dos produtores em cadeias de valor mais complexas e comprometendo a competitividade do setor.

A despeito desses desafios, a agricultura familiar é responsável pela maior parte dos empregos gerados no campo e por significativa parcela da produção de alimentos que abastecem o mercado interno (IBGE, 2017). O fortalecimento desse segmento constitui um avanço social e econômico, pois contribui para reduzir as desigualdades regionais e dinamizar as cadeias produtivas locais. No Maranhão, essa importância é ainda mais expressiva, visto que o Estado figura entre os de maior proporção de estabelecimentos familiares no país (Santos; Sousa, 2019).

A base produtiva maranhense distingue-se pela diversificação de cultivos, como mandioca, milho, arroz e feijão, além da criação de pequenos animais. Essa variedade é um traço marcante da resiliência econômica das comunidades rurais. Brito, Beraldo e Sousa

(2020, p. 18) afirmam que a produção estadual ainda é marcada pela dicotomia entre o agronegócio e a agricultura familiar, muitas vezes operando com baixo padrão tecnológico e voltada à subsistência. De acordo com Grisa e Schneider (2015), essa diversidade produtiva reflete uma estratégia de reprodução social e um valor cultural que expressa o modo de vida em diferentes territórios.

Assim, o desenvolvimento pleno do setor depende da implementação de políticas públicas articuladas, capazes de integrar as etapas de produção, beneficiamento e comercialização. A criação do PRONAF, em 1996, e programas como o PAA e o PNAE representaram avanços significativos na geração de renda (Moura et al., 2021). No Maranhão, entretanto, a implementação dessas políticas enfrenta fragilidades institucionais. Conforme Cunha e Reis (2020), a atuação limitada da Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) dificulta o aproveitamento pleno dos mecanismos de apoio disponíveis.

Em resumo, a agricultura familiar constitui um pilar estratégico do desenvolvimento rural sustentável. Sua contribuição é múltipla: econômica, social, ambiental e cultural. Contudo, a efetivação do seu potencial depende do enfrentamento de entraves históricos e do fortalecimento de políticas integradas, sobretudo voltadas para a agroindustrialização e a multifuncionalidade, que, como apontam Dambrós e Valdemar (2015), envolve dimensões complexas essenciais para a sustentabilidade dos territórios rurais.

3.2 Agroindústria familiar

A agroindústria familiar constitui um dos principais instrumentos de valorização da agricultura familiar e de agregação de valor aos produtos primários. Engloba o conjunto de atividades de beneficiamento e transformação de matérias-primas agropecuárias em produtos processados, realizados por agricultores familiares com base na força de trabalho da própria unidade produtiva. Essa estratégia de verticalização permite que o produtor amplie sua autonomia econômica e capacidade de retenção de renda ao assumir novas etapas da cadeia produtiva.

Conforme Silva et al. (2016), a agroindústria familiar representa uma estratégia de verticalização da produção agrícola, pela qual os agricultores deixam de atuar exclusivamente na produção de matéria-prima e passam a agregar valor ao seu produto, conquistando maior autonomia econômica.

Essa perspectiva reforça o papel transformador da agroindustrialização, que promove a diversificação produtiva e reduz a dependência de intermediários.

As agroindústrias familiares abrangem uma ampla gama de atividades, como a produção de polpas de frutas, doces, geleias, queijos, farinhas, pães, embutidos, mel, licores, conservas além de itens não alimentares, como biocosméticos e artesanatos. Sua tipologia é variada, podendo assumir formatos individuais, coletivos (associações e cooperativas) ou territoriais, integrados a redes de economia solidária. De acordo com Gomes e Mattei (2020), esses empreendimentos podem ser classificados em três modelos principais: os individuais, geralmente ligados à unidade familiar; os coletivos, que envolvem associações ou cooperativas; e aqueles inseridos em redes territoriais e iniciativas de economia solidária.

O impacto da agroindústria familiar vai além da dimensão econômica, envolvendo também a valorização cultural, a geração de empregos locais e a promoção da segurança alimentar. Conforme destacado por Sabourin (2017), esse tipo de agroindústria contribui para fortalecer a agricultura de base camponesa, tornando possível ao agricultor exercer múltiplos papéis. Entre eles, está à agregação de valor ao produto, a incorporação de conhecimentos tradicionais e a valorização da identidade cultural do meio rural, o que favorece o desenvolvimento territorial sustentável ao integrar aspectos produtivos, sociais e ambientais.

Outro aspecto relevante é a inserção das agroindústrias familiares nos circuitos curtos de comercialização, que aproximam produtores e consumidores, fortalecendo as economias locais e promovendo a valorização territorial. Segundo Darolt (2013, p. 139), “os circuitos curtos de comercialização são formas de escoamento que reduzem a distância e o número de intermediários entre quem produz e quem consome, criando vínculos de confiança e valorizando a produção local”. Essa lógica contribui para o reconhecimento social dos produtos artesanais, estimula o consumo de base local e se consolida como uma importante estratégia de resistência à homogeneização alimentar imposta pelas grandes cadeias comerciais.

Os mercados institucionais também exercem papel crucial na consolidação das agroindústrias familiares. Programas como o PAA e o PNAE, possibilitam escoamento estável da produção, formalização de empreendimentos e incentivo à adoção de boas práticas. (Grisa; Schneider, 2015) ao analisarem a temática, destacam que os programas públicos de compras institucionais têm se mostrado fundamentais para ampliar a renda e consolidar as agroindústrias familiares, pois garantem o mercado e estimulam a formalização e organização dos produtores.

Apesar dos avanços, persistem desafios de acesso aos programas públicos nas localidades pequenas e periféricas, principalmente pela ausência de assistência técnica e infraestrutura adequada, conforme apontado por Silva e Araújo (2021), a combinação desses

fatores perpetua a exclusão das unidades produtivas mais vulneráveis, resultando em um ciclo, onde os benefícios dos programas tendem a se concentrar nos agricultores mais organizados, capitalizados e próximos dos centros urbanos. A superação desse desafio passa, necessariamente, pela reconstrução e fortalecimento da ATER pública e pelo investimento direcionado em infraestrutura de apoio à agroindustrialização nos territórios rurais.

Em resumo, a agroindústria familiar constitui um pilar estratégico da agricultura familiar, promovendo geração de renda, autonomia produtiva e valorização territorial. Ao articular produção, processamento e comercialização, contribui para a soberania alimentar, o desenvolvimento endógeno e a inclusão social.

3.3 Desenvolvimento rural sustentável

O conceito de desenvolvimento sustentável consolidou-se nas últimas décadas como referência central nos debates sobre políticas públicas e estratégias de transformação socioeconômica. No meio rural, associa-se diretamente à valorização dos recursos locais, à justiça social e ao uso racional dos recursos naturais, buscando satisfazer as necessidades da geração presente sem comprometer as futuras (ONU, 1987).

Uma vertente fundamental é o desenvolvimento endógeno, que contrapõe uma lógica de crescimento exógeno baseada em investimentos externos e modelos produtivistas. Abramovay (2000) é um dos principais defensores dessa abordagem, que se baseia no protagonismo dos atores locais, na articulação entre os saberes tradicionais e a inovação tecnológica, e na mobilização dos recursos e potencialidades existentes no próprio território para gerar crescimento. Essa visão prioriza a participação social e o uso sustentável dos recursos.

Nesse contexto, as agroindústrias familiares assumem papel estratégico ao reinvestir localmente seus ganhos, gerarem empregos e utilizarem matérias-primas regionais, fortalecendo economias de proximidade. Como argumenta Grisa e Schneider (2015), as agroindústrias familiares são fundamentais para a dinamização econômica do campo, pois promovem uma agregação de valor aos produtos primários e fortalecem os circuitos curtos de comercialização.

Tais experiências, quando articuladas a programas públicos como o PNAE e o PAA, cumprem um papel que vai além do econômico. Elas atuam como vetores de transformação social e ambiental, na medida em que preservam os saberes tradicionais, diversificam a base produtiva da agricultura e favorecem a permanência das famílias no meio rural. Desta forma,

o Estado, ao induzir essas práticas por meio das compras institucionais, promove a segurança alimentar e o desenvolvimento endógeno do território (Souza; Brasil, 2018).

No caso específico da Aglomeração Urbana de São Luís, o fortalecimento das agroindústrias familiares representa uma oportunidade concreta de articulação das três dimensões da sustentabilidade: econômica (geração de renda), social (inclusão e equidade) e ambiental (uso racional dos recursos). A superação de entraves estruturais e institucionais é condição essencial para que esse potencial se converta em desenvolvimento eficaz.

3.4 Agroindústrias familiares: entraves e desafios para o desenvolvimento rural

Apesar do grande potencial de transformação socioeconômica, as agroindústrias familiares enfrentam múltiplos obstáculos estruturais que limitam seu desenvolvimento e sua inserção competitiva nos mercados. Tais entraves podem ser agrupados em cinco dimensões principais: técnica, jurídica, financeira, sanitária e de infraestrutura.

Entre essas, a ausência de capacitação técnica destaca-se como um dos gargalos mais críticos. Muitas agroindústrias carecem de formação em gestão administrativa, processamento de alimentos e controle sanitário, o que compromete a eficiência produtiva e a qualidade dos produtos, reduzindo sua capacidade de competir com o setor empresarial. De acordo com Silva e Mattei (2020), a fragilidade da formação técnica e gerencial das agroindústrias familiares reflete a carência de políticas de assistência continuada, dificultando o aprimoramento de práticas produtivas e de gestão. Nesse mesmo sentido, Ribeiro (2021) enfatiza que a ausência de capacitação específica e de acompanhamento técnico permanente compromete a sustentabilidade econômica desses empreendimentos, que acabam operando de forma desarticulada e com baixo valor agregado.

Essas limitações técnicas, quando associadas à falta de infraestrutura adequada e à complexidade das exigências legais e sanitárias, reforçam o quadro de vulnerabilidade do setor, impedindo que as agroindústrias familiares expressem plenamente seu potencial de geração de renda, inclusão produtiva e desenvolvimento sustentável.

A deficiência na Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) agrava o cenário de entraves técnicos. Historicamente, a ATER no Brasil concentrou seu escopo na produção primária, o que resultou em lacunas significativas no apoio à agroindustrialização e à gestão dos empreendimentos familiares. Essa limitação da extensão restringe a inovação tecnológica, a capacidade de gestão dos empreendedores e, conseqüentemente, a formalização dos negócios, uma vez que o serviço de ATER, em sua modalidade pública, tende a focar na base

produtiva e apresenta déficits na capacitação dos agricultores familiares em temas como gestão financeira e processos agroindustriais (Pereira; Castro, 2021).

Outros entraves incluem burocracia excessiva para legalização, a dificuldade crônica de acesso ao crédito, à fragilidade sanitária (diretamente ligada à falta de capacitação) e a carência de infraestrutura básica (como água, energia e logística) — fatores amplamente identificados em estudos recentes e que afetam especialmente áreas periurbanas como a Aglomeração Urbana de São Luís.

3.4.1 Entraves técnicos e de qualificação

Os entraves técnicos e de qualificação profissional constituem o primeiro e talvez o mais persistente desafio enfrentado pelas agroindústrias familiares. A carência de formação específica em processamento, controle de qualidade, rotulagem e gestão financeira, repercute diretamente na eficiência dos processos e na conformidade com as exigências legais. Grande parte dos empreendimentos familiares opera de modo artesanal e informal, com processos empíricos e infraestrutura limitada. A inexistência de capacitações regulares, aliada à ausência de acompanhamento técnico continuado, impede a incorporação de inovações tecnológicas e boas práticas de fabricação. A carência de capacitação técnica específica reduz a eficiência produtiva e limita a competitividade das agroindústrias familiares, pois dificulta a adoção de procedimentos padronizados e sustentáveis (Silva; Mattei, 2020; Sabourin et al., 2020).

Além disso, a falta de integração entre instituições de pesquisa, extensão e órgãos de fomento resultam em fragmentação das ações e reduz o alcance das políticas públicas de apoio ao setor. Conforme apontam Sabourin et al. (2020), a ATER pública ainda se concentra na produção primária, deixando desassistidas as etapas de beneficiamento, comercialização e gestão empresarial, que são justamente as mais críticas para o fortalecimento das agroindústrias familiares (Grisa; Schneider, 2014).

Essa lacuna técnica se reflete em baixo nível de produtividade, perdas pós-colheita elevadas e dificuldade de adequação sanitária, fatores que, em conjunto, comprometem a sustentabilidade dos empreendimentos. Assim, a formação continuada, aliada à assistência técnica especializada, emerge como condição indispensável para o fortalecimento das agroindústrias familiares e sua integração em cadeias produtivas sustentáveis.

3.4.2 Entraves legais e burocráticos

O arcabouço legal e normativo constitui um dos principais desafios enfrentados pelas agroindústrias familiares no Brasil. O processo de formalização desses empreendimentos envolve etapas complexas, como a obtenção de CNPJ, inscrição estadual, licenciamento ambiental, alvará sanitário, além da adequação às exigências tributárias e às normas de segurança alimentar.

Esses procedimentos, em sua maioria concebidos para atender às necessidades de grandes empresas do setor agroindustrial, acabam impondo custos elevados e exigências desproporcionais às pequenas unidades produtivas. Schneider (2016) observa que muitas das normas legais e sanitárias foram formuladas sob uma lógica empresarial e industrial de grande escala, o que acaba por criar barreiras de entrada e dificuldades de regularização para os produtores familiares. Essa situação reforça a necessidade de políticas públicas que considerem as especificidades produtivas, organizacionais e territoriais das agroindústrias de base familiar, promovendo uma regulação diferenciada e inclusiva.

A inexistência de uma regulamentação diferenciada para agroindústrias de pequeno porte contribui diretamente para a insegurança jurídica e para a manutenção da informalidade.

Essa situação impede o acesso a programas de fomento e, principalmente, aos mercados institucionais, que exigem comprovação sanitária e fiscal. A burocracia, dessa forma, torna-se um fator excludente, dificultando o crescimento e a competitividade dos empreendimentos familiares, o que compromete sua capacidade de promover a dinamização econômica e a agregação de valor ao produto primário (Grisa; Schneider, 2015).

Além disso, a falta de articulação entre órgãos públicos, como vigilâncias sanitárias municipais, secretarias de agricultura e órgãos ambientais, gera sobreposição de competências e morosidade nos trâmites legais. Essa fragmentação institucional reforça a necessidade de marcos regulatórios simplificados, adaptados à realidade da agricultura familiar. Nesse sentido, Wesz Júnior (2012) destaca que a superação da informalidade e o desenvolvimento do setor passam pela articulação entre os entes federativos e pela definição de normas sanitárias proporcionais ao risco, que sejam adequadas às características produtivas e territoriais, e não apenas uma replicação da legislação para grandes indústrias.

3.4.3 Dificuldades de acesso a crédito e financiamento

O acesso ao crédito rural é um componente importante para o fortalecimento das agroindústrias familiares. Entretanto, apesar da existência de programas como o PRONAF

Agroindústria, o número de beneficiários permanece restrito, principalmente devido a barreiras burocráticas e falta de assistência técnica para elaboração de projetos.

De fato, muitos produtores não conseguem atender às exigências das instituições financeiras, como a apresentação de garantias reais, documentação regular e projetos técnicos detalhados. A informalidade produtiva e fundiária agrava o problema, impedindo o enquadramento nos critérios de elegibilidade. Nesse sentido, Mattei e Schneider (2013) afirmam que o crédito não alcança a maioria dos agroindustrializadores familiares, que se deparam com entraves burocráticos e com a falta de uma articulação institucional eficiente entre as políticas de apoio.

A ausência de financiamento adequado limita a modernização tecnológica, a ampliação da escala produtiva e a melhoria da infraestrutura física. Isso perpetua um Ede baixa produtividade, baixa renda e restrito acesso a mercados formais. Ademais, os programas de crédito raramente consideram o ciclo de produção e comercialização típico das pequenas agroindústrias, o que torna as condições de pagamento incompatíveis com a realidade desses empreendimentos.

Nesse contexto, torna-se imprescindível a criação de linhas de crédito simplificadas e orientadas, com o acompanhamento técnico, prazos estendidos e garantias solidárias, de modo a favorecer a inclusão financeira das famílias rurais. O crédito rural deve ser compreendido como instrumento de Emancipação Econômica e não apenas como subsídio pontual.

3.4.4 Exigências sanitárias e barreiras de comercialização

As exigências sanitárias e os processos de inspeção constituem um dos obstáculos mais complexos à formalização das agroindústrias familiares. As normas vigentes, estabelecidas em âmbito municipal (SIM), estadual (SIE) e federal (SIF), demandam adequações de infraestrutura, controle de qualidade, rastreabilidade e capacitação de pessoal, o que representa altos custos operacionais.

Muitas agroindústrias familiares enfrentam limitações técnicas e financeiras para atender integralmente às exigências legais e sanitárias, o que resulta em informalidade parcial ou total de suas operações. Além disso, a burocracia, a morosidade na concessão de selos e os custos elevados de adequação contribuem para afastar pequenos produtores dos mercados institucionais e formais. De acordo com Pellegrini e Gazolla (2008), a informalidade institucional das agroindústrias é um dos principais entraves para a comercialização dos

produtos, sendo fortemente associada aos requisitos e custos impostos pela legislação sanitária.

A restrição imposta pela ausência dos selos de inspeção e certificações sanitárias faz com que os produtos fiquem limitados a mercados locais e feiras, perdendo a oportunidade de acessar canais institucionais de comercialização, como os programas de Compra Institucional (PAA e PNAE), que exigem comprovação de regularidade fiscal e sanitária. Essa limitação compromete o escoamento da produção e reduz o potencial de geração de renda, perpetuando a exclusão das agroindústrias familiares dos circuitos de maior valor agregado e, consequentemente, afetando sua capacidade de dinamização econômica no campo (Grisa; Schneider, 2015). Para superar esse impasse, é fundamental que haja uma mudança de paradigma na fiscalização, adotando-se uma abordagem educativa e inclusiva da vigilância sanitária, voltada à orientação técnica, à capacitação dos produtores e à adequação progressiva das unidades. Políticas de inspeção simplificada e proporcional ao porte do empreendimento são cruciais para promover a legalização gradual e o acesso equitativo aos mercados (Wesz Júnior, 2012).

3.4.5 Carências de infraestrutura

A infraestrutura deficiente é um dos principais fatores que comprometem a viabilidade das agroindústrias familiares, especialmente em áreas rurais e periurbanas. A precariedade das estradas vicinais, o fornecimento irregular de energia elétrica, a escassez de água potável e a ausência de espaços apropriados para comercialização dificultam tanto a produção quanto o escoamento dos produtos. Além dos desafios legais e sanitários, a fragilidade logística eleva custos operacionais, reduz a competitividade dos produtos locais e prejudica a sustentabilidade dos empreendimentos. Sambuichi et al. (2016) apontam que melhorar as condições de infraestrutura rural é essencial para fortalecer a agricultura familiar, promover o crescimento dos negócios e ampliar as oportunidades de inclusão produtiva

Estratégias como a criação de centros de beneficiamento e armazenamento comunitários, o melhoramento das estradas rurais e o fornecimento de energia trifásica em áreas produtivas são fundamentais para viabilizar o desenvolvimento agroindustrial sustentável.

3.4.6 Políticas públicas e marcos regulatórios para as agroindústrias familiares

As políticas públicas e os marcos regulatórios são instrumentos essenciais para o fortalecimento das agroindústrias familiares, pois orientam o fomento produtivo, a formalização e a inclusão nos mercados. Historicamente, o Estado brasileiro tem promovido a inclusão produtiva rural por meio de programas de crédito, compras públicas e assistência técnica (Grisa; Schneider, 2015). Contudo, a eficácia dessas políticas depende de sua integração interinstitucional e da adequação às realidades locais, sendo que as agroindústrias, por operarem em pequena escala, frequentemente encontram nas barreiras regulatórias e na fragmentação das políticas setoriais um obstáculo para o acesso efetivo aos benefícios (Wesz Júnior, 2012; Schneider; Cassol, 2013).

Nesse sentido, é fundamental analisar os principais instrumentos de apoio, como o PRONAF, o PAA, o PNAE e o Selo Arte, para avaliar os avanços e as limitações das políticas públicas voltadas ao setor.

Na microrregião da Aglomeração Urbana de São Luís, o Selo Arte representa uma oportunidade estratégica para as agroindústrias familiares, especialmente aquelas voltadas à produção de queijos artesanais, polpas de frutas, doces, embutidos e pescado beneficiado, que possuem tradição e identidade cultural marcante. No entanto, a adesão ainda é baixa, reflexo do desconhecimento sobre o procedimento de certificação, da escassez de assistência técnica específica e da ausência de integração entre os órgãos locais de fomento e inspeção.

Municípios como Paço do Lumiar e Raposa, que abrigam pequenos empreendimentos agroindustriais voltados ao beneficiamento de pescado e produtos derivados da mandioca, doces e conservas, enfrentam dificuldades estruturais para atender às exigências de boas práticas de fabricação (BPF) e rastreabilidade, o que inviabiliza a solicitação do selo. Já em São Luís, observa-se avanço pontual graças à atuação da Secretaria Municipal de Agricultura, Pesca e Abastecimento (SEMAPA) e do Serviço de Inspeção Municipal (SIM-São Luís), que vêm orientando produtores quanto à adequação sanitária e rotulagem.

3.4.7 Políticas de fomento e comercialização

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), criado em 1996, constitui o principal mecanismo de fomento. O programa institucionalizou a agricultura familiar como categoria socioeconômica e política, garantindo acesso a crédito subsidiado e incentivos para a modernização produtiva. De fato, Silva e Mattei (2020) ressaltam que o PRONAF representa a institucionalização dessa categoria no país, sendo sua

trajetória marcada por avanços no reconhecimento do papel estratégico dos pequenos produtores no abastecimento alimentar.

Além do PRONAF, os programas de compras institucionais, como o PAA e o PNAE, desempenham papel decisivo. O PAA adquire alimentos diretamente de agricultores familiares para doação, e o PNAE destina, por lei, pelo menos 30% dos recursos da merenda escolar à compra dessa produção. Esses mecanismos têm promovido acesso a mercados estáveis e aumento da renda, especialmente para produtores organizados. Conforme Schneider (2016), esses Programas ampliaram significativamente a inserção dos agricultores familiares nos circuitos de comercialização pública, promovendo tanto a segurança alimentar quanto a inclusão produtiva.

Entretanto, a burocracia nos editais de chamada pública, as exigências sanitárias rígidas, a falta de capacitação para elaboração de propostas comerciais e a limitação dos recursos disponíveis para os Programas, ainda limitam a participação plena, sobretudo em municípios de menor porte.

3.4.8 O Selo Arte como alternativa regulatória

A Lei nº 13.680/2018-Presidência da República/Secretaria-Geral, que dispõe “sobre o processo de fiscalização de produtos alimentícios de origem animal produzidos de forma artesanal”, instituiu o Selo Arte como instrumento regulatório voltado à valorização e comercialização de produtos alimentícios artesanais de origem animal, buscando superar barreiras burocráticas que dificultavam a circulação interestadual desses produtos. A norma alterou o artigo 10-A da Lei nº 1.283/1950, permitindo que produtos elaborados artesanalmente, desde que oriundos de matéria-prima própria e submetidos a Boas Práticas de Fabricação (BPF) e controle sanitário básico, possam ser comercializados em todo o território nacional, mesmo quando registrados apenas em serviço de inspeção municipal ou estadual (Brasil, 2018).

Essa medida representa um avanço regulatório relevante, pois reconhece a importância do saber-fazer tradicional, da autenticidade regional e da identidade cultural dos produtos artesanais, mantendo o compromisso com a segurança alimentar. Conforme o Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA), o Selo Arte estabelece um mecanismo simplificado de equivalência sanitária, permitindo que o produtor familiar amplie a escala de comercialização de forma legal e segura (Brasil, 2021). De forma coerente com essa lógica, Sambuichi (2014) observam que políticas públicas e marcos regulatórios simplificados são fundamentais para

valorizar a agroindústria artesanal, ampliar oportunidades de mercado e garantir padrões mínimos de qualidade e segurança exigidos nos circuitos formais.

3.4.8.1 Procedimentos e exigências para a obtenção do Selo Arte

Para receber o Selo Arte, o produtor deve, primeiramente, estar registrado em um serviço de inspeção oficial (SIM, SIE ou SIF) e comprovar que o processo produtivo é essencialmente artesanal, com participação predominante de mão de obra humana e uso de técnicas tradicionais. Entre os requisitos básicos, destacam-se:

- Comprovação de registro junto ao Serviço de Inspeção (SIM, SIE ou SIF);
- Comprovação de Boas Práticas de Fabricação (BPF) e controle higiênico-sanitário em todas as etapas do processo;
- Origem própria ou controlada da matéria-prima animal (leite, carne, ovos, mel, pescado etc.);
- Rastreabilidade e rotulagem adequada, contendo o número do selo e a identificação do serviço de inspeção;
- Treinamento dos manipuladores, conforme orientações do MAPA e das secretarias de agricultura;
- Inspeção e auditoria técnica realizadas pelo órgão competente, que concede o selo após verificar conformidade com os requisitos.

Após a validação técnica, o produto recebe a certificação “Selo Arte”, o que lhe confere autorização para comercialização interestadual. Essa certificação é reconhecida nacionalmente e não substitui o selo de inspeção, mas o complementa, ampliando o alcance comercial e reduzindo entraves burocráticos. Portanto, o Selo Arte desponta como um instrumento promissor de inclusão produtiva e agregação de valor, mas sua efetividade na região depende de ações articuladas de capacitação e apoio técnico por parte de instituições como a AGERP, SEBRAE/MA, AGED e SEMAPA, capazes de orientar os produtores na formalização, adequação sanitária e gestão do processo de certificação.

3.4.9 A Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER): panorama nacional e contexto regional

A Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) constitui um dos pilares fundamentais para o fortalecimento da agricultura familiar e a promoção do desenvolvimento rural sustentável no Brasil. Trata-se de um instrumento estratégico de difusão de conhecimentos técnicos, capacitação de produtores e melhoria da gestão das unidades produtivas, assumindo papel essencial na organização social, no acesso a políticas públicas e na modernização das agroindústrias familiares.

A institucionalização da ATER ocorreu com a Lei nº 12.188/2010-Presidência da República/Casa Civil, que criou a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER). Essa legislação redefiniu os fundamentos da extensão rural, orientando-a para uma abordagem educativa, participativa e inclusiva. De acordo com o artigo 2º da referida Lei, a ATER é definida como:

Serviço de educação não formal, de caráter continuado, no meio rural, que promove processos de gestão, produção, beneficiamento e comercialização das atividades e dos serviços agropecuários e não agropecuários, inclusive das atividades agroextrativistas, florestais e artesanais (Brasil, 2010, art. 2º, inciso I, p. 1).

A partir dessa definição, observa-se que a ATER busca promover processos de aprendizagem contínua, valorizando os sujeitos do campo e ampliando sua capacidade de organização e gestão coletiva. Contudo, historicamente, o modelo de extensão rural brasileiro foi marcado por uma orientação produtivista, voltada para a difusão de tecnologias agrícolas e o aumento da produtividade. Somente a partir da década de 1990, com o reconhecimento político da agricultura familiar, houve a incorporação de novas dimensões, como indicam Dambrós e Valdemar (2015), esse novo paradigma aponta para o rompimento com o modelo produtivista historicamente dominante na extensão rural, incorporando dimensões como sustentabilidade ambiental, autogestão e inovação social, especialmente a partir do fortalecimento político da agricultura familiar.

Apesar dos avanços institucionais — entre eles a criação da Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (ANATER) em 2013 e a ampliação de programas federais e estaduais —, a cobertura da ATER ainda é desigual e insuficiente. O Censo Agropecuário de 2017 revelou que apenas 20,1% dos estabelecimentos familiares receberam algum tipo de assistência técnica, o que evidencia baixa capilaridade, sobretudo nas regiões Norte e Nordeste. Essa limitação é agravada pela escassez de recursos financeiros, descontinuidade de programas e reduzido número de extensionistas atuando em campo. De acordo com Sabourin et al. (2020), a baixa cobertura da ATER pública e a fragmentação das políticas destinadas à agricultura familiar reduzem sua eficácia, especialmente nas regiões com maior vulnerabilidade social, onde o apoio técnico seria mais necessário.

Além da baixa cobertura, persistem desafios metodológicos. Em muitos contextos, a ATER ainda adota modelos tecnocráticos e verticais, baseados na simples transferência de tecnologia, sem considerar os saberes locais e as especificidades socioculturais das comunidades rurais. A superação desse paradigma exige uma reformulação profunda das práticas extensionistas, com foco em metodologias participativas, enfoque territorial e integração intersetorial com políticas de crédito, fomento e comercialização.

3.4.9.1 Desafios na Efetividade da ATER para Agroindústrias Familiares

A efetividade da ATER voltada às agroindústrias familiares depende de fatores interligados, desde aspectos estruturais até questões metodológicas. Destaca-se o déficit orçamentário crônico, que reduz a capacidade de contratação e capacitação de técnicos especializados. Além disso, muitas equipes de extensão ainda mantêm visão produtivista, negligenciando as etapas de beneficiamento, gestão e agregação de valor.

Conforme observam Grisa e Schneider (2015), a extensão rural brasileira precisa se renovar para lidar com a crescente complexidade das dinâmicas territoriais e com a diversidade que caracteriza a agricultura familiar contemporânea. Essa renovação implica uma mudança de paradigma: a ATER deve ser participativa, territorializada e multidisciplinar, articulando conhecimento técnico, saberes locais e processos associativos.

Outro desafio crucial é a fragmentação institucional. A ATER deveria atuar de forma articulada com o PRONAF, os serviços de inspeção sanitária (SIM, SIE e SISBI) e as compras públicas (PAA e PNAE). A baixa coordenação intersetorial resulta em ações pontuais e descontinuadas. Superar esses desafios requer planejamento estratégico e políticas de longo prazo, com foco na integração entre órgãos e na adoção de metodologias participativas.

No contexto da microrregião da Aglomeração Urbana de São Luís, a importância da ATER torna-se ainda mais evidente diante da diversidade e da complexidade das agroindústrias familiares locais. A região abriga empreendimentos voltados à produção de polpas de frutas, derivados da mandioca, pescado beneficiado, pães, bolos e doces regionais, atividades que demandam conhecimentos técnicos específicos e constante atualização quanto às normas de qualidade e segurança alimentar. Entretanto, a oferta de assistência técnica é insuficiente e irregular entre os municípios que compõem a microrregião — São Luís, São José de Ribamar, Paço do Lumiar e Raposa.

Instituições como a Agência Estadual de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural do

Maranhão (AGERP), o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE/MA) e as secretarias municipais de agricultura (SEMAPA em São Luís; SEMAGRI em Paço do Lumiar e São José de Ribamar) promovem ações pontuais de capacitação e consultoria, mas a ausência de continuidade sistemática compromete o desenvolvimento técnico e gerencial das agroindústrias, gerando dependência de projetos temporários. Essa fragilidade da ATER local, combinada à carência de extensionistas especializados, reflete-se de forma mais crítica no processo de formalização sanitária e regulatória, essencial para a obtenção de certificações como o Selo Arte e o Selo de Inspeção Municipal (SIM) (Wesz Júnior, 2012). Conforme demonstram as experiências brasileiras, o apoio à agroindustrialização exige uma Assistência Técnica especializada em gestão, legislação e comercialização, que vá além do foco tradicional no manejo da produção (Sambuichi et al., 2016). A falta desse suporte técnico adequado, associada à desarticulação entre as políticas de fomento e assistência técnica, limita o acesso dos produtores a programas vitais de mercado, como o PRONAF, o PAA e o PNAE (Grisa; Schneider, 2015). Dessa forma, a efetividade da ATER na Aglomeração Urbana de São Luís depende da integração entre os níveis estadual e municipal, da formação continuada de extensionistas e da criação de programas territoriais de capacitação voltados à realidade das agroindústrias familiares.

Uma ATER articulada, participativa e territorializada é condição indispensável para transformar essas agroindústrias em vetores de desenvolvimento sustentável, inclusão produtiva e fortalecimento da agricultura familiar maranhense.

4 METODOLOGIA

O estudo abrangeu a microrregião da Aglomeração Urbana de São Luís, que inclui os municípios de São Luís (Capital do Estado), São José de Ribamar, Raposa e Paço do Lumiar, distantes da Capital 31,5 km, 26 km e 22 km, respectivamente. A microrregião está localizada na mesorregião Norte Maranhense. Essa delimitação se justifica pelo mosaico urbano-rural da área, que impõe desafios singulares à agroindustrialização familiar, como a pressão por território e a competição mercadológica (Figura 1).

Figura 1 - Representação dos municípios de São Luís, Paço do Lumiar, São José de Ribamar e Raposa



Fonte: <https://agem.ma.gov.br/programas-ou-campanhas/mapas-grande-ilha> (2025)

4.1 Abordagem metodológica

A pesquisa sobre as agroindústrias familiares na microrregião da Aglomeração Urbana de São Luís utilizou uma abordagem metodológica mista, de natureza quali-quantitativa. Essa escolha se justifica pela necessidade de conciliar a interpretação aprofundada dos fenômenos sociais, organizacionais e econômicos com a mensuração objetiva dos desafios e oportunidades observados.

A vertente qualitativa é fundamental para interpretar a complexidade da realidade estudada, na qual as percepções dos gestores, o contexto sociocultural e as experiências dos atores rurais desempenham papel central na construção do conhecimento. Conforme Minayo (2017), a abordagem qualitativa é ideal para captar motivações, crenças e o significado subjetivo dos fenômenos. Complementarmente, a dimensão quantitativa permitiu a mensuração da frequência e da intensidade de variáveis objetivas, como a ocorrência de entraves e o acesso a políticas públicas, utilizando instrumentos padronizados. A integração

desses métodos potencializa a análise, conferindo maior confiabilidade e validade às conclusões, conforme preconiza Flick (2009).

Quanto ao método, o estudo classifica-se como descritivo, pois visa identificar, caracterizar e analisar os principais desafios e as oportunidades relacionadas à implantação, ao funcionamento e ao fortalecimento das agroindústrias familiares. Segundo Gil (2019), a pesquisa descritiva estabelece características e relações entre variáveis, fornecendo a base empírica para interpretações críticas.

4.2 Delineamento da pesquisa, universo e amostra

O delineamento da pesquisa foi executado em três etapas (levantamento, coleta e análise) no período de julho a outubro de 2025, combinando a pesquisa de campo com a análise bibliográfica e documental.

A pesquisa de levantamento (*survey*) foi a principal ferramenta para caracterizar o perfil das agroindústrias e compreender os desafios. O mapeamento do universo de estudo foi realizado por meio de pesquisa documental junto a órgãos públicos e de apoio à agricultura familiar, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a Secretaria de Agricultura Familiar (SAF), Secretaria Municipal de Agricultura, Pesca e Abastecimento (SEMAPA) e a Agência Estadual de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural do Maranhão (AGERP).

Foram selecionadas 17 agroindústrias familiares ativas para compor a amostra. A escolha do grupo ocorreu por amostragem não probabilística por acessibilidade (ou conveniência), dependendo da disponibilidade e consentimento dos gestores para participar, um critério aceito em estudos de natureza exploratória-descritiva com foco em contextos específicos (Lakatos; Marconi, 2017). Todas as unidades incluídas obedeceram aos critérios legais de enquadramento da agricultura familiar (Lei nº 11.326/2006).

4.3 Instrumentos e procedimentos de coleta de dados

O principal instrumento foi um questionário semiestruturado, desenhado a partir do referencial teórico e organizado em cinco blocos temáticos: (1) Identificação e caracterização; (2) Aspectos técnicos e de infraestrutura; (3) Aspectos legais e organizacionais; (4) Acesso à Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) e; (5) Desafios e oportunidades (percepção dos

gestores) (Apêndice A). A aplicação dos questionários combinou 10 entrevistas presenciais (*in loco*) e 7 entrevistas realizadas online (via Google Forms).

Para a mensuração da intensidade das dificuldades percebidas (crédito, comercialização, capacitação), utilizou-se a escala de Likert de seis pontos, variando de 1 (muito fácil) a 6 (muito difícil), o que permitiu a quantificação de atitudes e percepções subjetivas (Gil, 2019).

Como fontes de dados secundários, foram utilizados relatórios institucionais e, de forma específica, o Diagnóstico das Casas de Farinha de São Luís (SEMAPA, 2023). Este documento forneceu dados objetivos sobre as condições estruturais da cadeia da mandiocultura, permitindo a triangulação de fontes para validar e aprofundar a análise das limitações infraestruturais percebidas nos dados primários.

4.4 Tratamento e análise dos dados

O tratamento dos dados observou os seguintes procedimentos:

a) **Análise Quantitativa:** As respostas às questões fechadas (incluindo a escala de Likert) foram tabuladas no Microsoft Excel para aplicação de estatística descritiva. Calcularam-se frequências (absolutas e relativas) e médias ponderadas para identificar padrões, tendências e a intensidade dos desafios. Os resultados foram apresentados em tabelas.

b) **Análise Qualitativa:** As respostas abertas foram submetidas à **Análise de Conteúdo**, seguindo as etapas de pré-análise, exploração do material e tratamento/interpretação, conforme a metodologia de Bardin (2011). As categorias analíticas emergentes (ex.: burocracia legal, infraestrutura deficiente, potencial de mercado) foram cruzadas com o referencial teórico.

A categoria de infraestrutura, especificamente, foi triangulada com os dados do Diagnóstico das Casas de Farinha de São Luís, o que fortaleceu a validade das inferências sobre as condições objetivas de produção no território.

4.5 Aspectos éticos e da pesquisa

A pesquisa seguiu integralmente os princípios éticos, conforme a Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde e as diretrizes da UEMA. Todos os participantes

assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), garantindo o anonimato, a confidencialidade e o uso exclusivo dos dados para fins acadêmicos.

4.6 Considerações finais do Capítulo

O conjunto metodológico qualiquantitativo adotado foi desenhado para captar com profundidade e amplitude as dimensões técnica, legal, financeira, organizacional e estrutural que permeiam as agroindústrias familiares da microrregião. A integração entre a voz dos sujeitos (Minayo, 2017) e a análise sistematizada dos dados empíricos (Gil, 2019) proporciona uma visão abrangente e contextualizada. Em síntese, a metodologia empregada fundamenta a análise crítica e territorializada a ser apresentada no Capítulo 5.

5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise e discussão dos resultados é conduzida a partir da triangulação dos dados primários (questionário) com o referencial teórico e os dados secundários, em consonância com a metodologia qualiquantitativa estabelecida. O objetivo é apresentar uma interpretação crítica dos achados, confrontando as percepções dos gestores com as evidências empíricas e documentais do contexto da Aglomeração Urbana de São Luís.

5.1 Perfil das Agroindústrias Familiares

A pesquisa incluiu 17 agroindústrias familiares distribuídas na microrregião, conforme detalhado na Tabela 1.

Tabela 1 - Distribuição geográfica das agroindústrias pesquisadas

Município	Frequência (n)	Porcentagem (%)
São Luís	10	58,8%
São José de Ribamar	5	29,4%
Paço do Lumiar	2	11,8%
Total	17	100,0%

Fonte: Dados da Pesquisa (2025).

A concentração significativa de unidades em São Luís (58,8%) e São José de Ribamar (29,4%) reflete uma tendência de inserção dos empreendimentos em áreas com melhor infraestrutura, maior adensamento populacional (mercado consumidor) e, potencialmente, maior acesso a programas de fomento. A ausência de unidades na Raposa, conforme a amostra, sugere desigualdades territoriais no processo de estruturação produtiva e de apoio institucional.

Este padrão é coerente com as reflexões de Grisa e Schneider (2015), que analisam os desafios enfrentados pelos agricultores familiares em contextos metropolitanos. Segundo os autores, nesses ambientes, a competição por espaço, a pressão urbana sobre o uso do solo e a invisibilidade nas políticas públicas dificultam a consolidação dessas iniciativas, sendo a proximidade aos centros urbanos um fator decisivo para a sobrevivência e o acesso a canais de comercialização.

5.1.1 Perfil socioeconômico do produtor familiar

A caracterização dos agricultores-empREENhedores que lideram as agroindústrias é fundamental para a compreensão da gestão e das necessidades de capacitação. Os resultados de idade, escolaridade e sexo estão sumarizados no Quadro 1.

Quadro 1 - Perfil Socioeconômico (Idade, Escolaridade e Sexo)

Categoria	Faixa/Nível	Porcentagem (%)
Idade	21 a 30 anos	35,3%
	41 a 50 anos	17,6%
	51 a 60 anos	29,4%
	61 a 70 anos	5,9%
	Acima de 70 anos	11,8%
Escolaridade	Ensino Fundamental Incompleto	5,9%
	Ensino Fundamental Completo	14,3%
	Ensino Médio Completo	47,1%
	Ensino Superior Incompleto	11,8%
	Ensino Superior Completo	21,0%
Sexo	Feminino	58,8%
	Masculino	41,2%

Fonte: Dados da Pesquisa (2025).

A análise da idade revela uma distribuição, com predominância nas faixas 21 a 30 anos (35,3%) e 51 a 60 anos (29,4%). Este padrão sugere a coexistência de produtores mais experientes e a inserção de uma parcela jovem, indicando potencial para a sucessão e a adoção de inovações, demandando, no entanto, políticas específicas para a retenção das novas gerações no ambiente rural.

Quanto ao nível de escolaridade, observa-se um perfil educacional elevado. O Ensino Médio Completo concentra a maior frequência com 47,1%. O percentual de empreendedores com Ensino Superior (Completo ou Incompleto) totaliza 32,8% (21,0% + 11,8%, respectivamente). Em contraste, o total de empreendedores com Ensino Fundamental

(Completo ou Incompleto) é de 20,2%. Esta qualificação educacional superior à média do que, em geral, encontramos no meio rural, sugere uma maior capacidade de absorção de conhecimento técnico, o que é um fator de facilitação na implementação de Boas Práticas de Fabricação (BPF) e na busca por formalização e certificação.

5.1.2 Perfil econômico e potencial produtivo

O perfil produtivo das agroindústrias é marcado pela diversidade e por uma forte vocação para o processamento de produtos de base frutícola. O segmento dominante é agroindustrialização de polpas de frutas, representando 56,3% das unidades analisadas, o que sublinha a relevância da fruticultura na matriz econômica local e o potencial para a economia de escala (Tabela 2).

Tabela 2 - Tipos de Produtos Processados

Produto Processado	Frequência (n)	Porcentagem (%)
Polpas de Frutas	9	56,3%
Panificados (pães, bolos, biscoitos)	2	12,5%
Doces e Compotas	2	12,5%
Conservas (molhos, pimentas, picles, etc.)	1	6,3%
Café do açaí e ração animal	1	6,3%
Mel abelha com ferrão e Húmus de minhoca	1	6,3%
Total	16	100,0%

Fonte: Dados da Pesquisa (2025).

Nota: A soma das categorias excede o número total de respostas (16) devido à possibilidade de múltiplas marcações.

A análise dos dados evidencia que, além das polpas, existem nichos importantes como os panificados (12,5%) e a produção de mel e derivados (6,3%), bem como a incursão em subprodutos como o café do açaí e a ração animal. Essa vocação frutícola reforça o potencial endógeno de agregação de valor e a diversificação da renda familiar.

5.2 Aspectos técnicos, de infraestrutura e apoio institucional

As condições estruturais, a infraestrutura física e a carência de suporte técnico qualificado foram identificadas pelos entrevistados como entraves críticos à consolidação e ao

fortalecimento das agroindústrias familiares na microrregião. A percepção generalizada de carência estrutural e tecnológica, frequentemente expressa em médias elevadas na escala de dificuldades, está intimamente ligada à baixa penetração da Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) e à obsolescência das instalações.

5.2.1 Acesso e foco da Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER)

O apoio técnico especializado é um pré-requisito para a melhoria da gestão, a adoção de Boas Práticas de Fabricação (BPF) e a adequação às normas sanitárias. Contudo, os dados da pesquisa revelam uma severa limitação no acesso a esse serviço, conforme detalhado na Tabela 3.

Tabela 3 - Acesso à Assistência Técnica para a Agroindústria

Recebeu Assistência Técnica?	Frequência (n)	Porcentagem (%)
Sim	5	29,4%
Não	12	70,6%
Total	17	100,0%

Fonte: Dados da Pesquisa (2025).

A expressiva qualificação educacional identificada nesta pesquisa — onde 32,8% dos empreendedores possuem nível superior (Completo ou Incompleto) — contrasta paradoxalmente com o elevado índice de desassistência técnica (70,6%). Este cenário corrobora às reflexões de Leite (2015), que aponta para o caráter seletivo das políticas de desenvolvimento rural no Brasil. Segundo o autor, embora o capital humano seja um facilitador para a inovação, a ausência de uma assistência técnica especializada em agroindustrialização cria um 'vácuo institucional'. No caso da microrregião de São Luís, isso sugere que o perfil qualificado dos produtores e a forte presença feminina (58,8%) não têm sido suficientes para atrair o suporte do Estado, que permanece focado em modelos de produção primária tradicionais, negligenciando o potencial de agregação de valor nas unidades de polpa de fruta.

A maioria dos empreendedores (70,6%) reportou nunca ter recebido assistência técnica para a implantação ou operação de seus empreendimentos. Este achado é um indicativo do baixo alcance ou da inadequação das políticas públicas de ATER para o segmento de agroindustrialização na região, fator que agrava a vulnerabilidade técnica e legal

dos produtores. Apesar da baixa cobertura, a qualidade percebida pelos poucos que tiveram acesso é majoritariamente positiva (Tabela 4), o que demonstra a importância do serviço quando ele é efetivamente ofertado.

Tabela 4 - Avaliação da Qualidade da Assistência Técnica

Qualidade da Assistência	Frequência (n)	Porcentagem (%)
Ruim	1	16,7%
Razoável	2	33,3%
Boa	3	50,0%
Total	6	100,0%

Fonte: Dados da Pesquisa (2025).

Nota: A avaliação refere-se apenas aos produtores que responderam à questão sobre a qualidade.

5.2.2 Foco da assistência técnica e lacunas estratégicas

A análise das áreas de suporte revela onde o foco da ATER tem sido historicamente direcionado e, mais importante, onde estão as lacunas críticas (Tabela 5).

Tabela 5 - Áreas de Assistência Técnica Recebida (n=10)

Área de Suporte	Frequência (n)	Porcentagem (%)
Manuseio /Produção	5	50,0%
Marketing e Vendas	2	20,0%
Boas Práticas de Fabricação (BPF)	2	20,0%
Gestão Financeira	-	-
Formalização e Legislação	-	-

Fonte: Dados da Pesquisa (2025).

Os resultados apontam que o suporte está concentrado no **manuseio/produção** (50,0%), alinhando-se a uma tradição de extensão rural mais voltada para a produção primária e o processamento dos produtos. A ausência de suporte nas áreas de Gestão Financeira e formalização e legislação, é uma limitação crítica.

Essa falta de capacitação técnica específica em gestão e aspectos legais compromete diretamente a eficiência dos processos, a padronização da qualidade e a competitividade. Sambuichi et al. (2016) apontam que a atenção insuficiente à agroindustrialização e à comercialização limita o desenvolvimento pleno desses empreendimentos e sua inserção em mercados formais.

Os dados revelam um "gargalo de especialização" na assistência técnica oferecida na

microrregião de São Luís. Ao concentrar o suporte no manuseio e na produção primária (50,0%) e negligenciar áreas como gestão financeira e legislação, a ATER local reproduz o que Niederle (2014) descreve como uma visão produtivista e limitada da extensão rural. Para o autor, o fortalecimento das agroindústrias familiares depende de uma transição para mercados de “produtos de qualidade”, o que exige uma assistência técnica capaz de mediar não apenas o campo, mas as exigências normativas e os canais de comercialização.

No caso das agroindústrias de polpa de fruta pesquisadas, a ausência de orientação em Boas Práticas de Fabricação (BPF) e regularização sanitária atua como uma barreira invisível, que impede que a produção física se converta em valor econômico nos mercados formais.

5.2.3 Infraestrutura e obsolescência tecnológica

A limitação técnica é agravada pela condição das instalações. A antiguidade dos empreendimentos, dos quais 58,8% foram implantados antes de 2019, sugere o envelhecimento das instalações físicas e a obsolescência dos equipamentos utilizados.

Esse quadro estrutural limita a capacidade de incorporação de inovações e dificulta a adequação às normas sanitárias vigentes, impactando a eficiência produtiva e elevando os custos operacionais. Schneider e Cassol (2013) destacam que fragilidades estruturais decorrentes de infraestrutura inadequada, baixa capacidade de investimento e o uso de equipamentos defasados constituem barreiras centrais para a modernização e o fortalecimento das agroindústrias familiares, comprometendo sua sustentabilidade econômica e, consequentemente, a segurança alimentar e a qualidade de seus produtos.

5.3 Aspectos legais e sanitários

A formalização legal e sanitária constitui um dos maiores desafios, sendo um fator de exclusão de mercado. A Tabela 6 mostra o grau de formalização das agroindústrias pesquisadas.

Tabela 6 - Nível de formalização das agroindústrias pesquisadas

Nível de Formalização	Frequência (<i>n</i>)	Porcentagem (%)
Não formalizada	7	41,2%
Parcialmente formalizada	6	35,3%
Totalmente formalizada	3	17,6%

Não respondeu	1	5,9%
---------------	---	------

Fonte: Dados da Pesquisa (2025).

Com 76,5% das unidades atuando de forma informal ou apenas parcialmente formalizadas, observa-se que os gestores relatam burocracias excessivas e custos elevados para legalização (CNPJ, licenciamento, exigências estruturais), incompatíveis com a realidade dos pequenos produtores. Schneider (2009) ressalta que as exigências legais frequentemente são desenhadas para grandes empresas, o que faz com que se transformem em obstáculos para os pequenos produtores ingressarem no mercado formal. Segundo Silva et al. (2023), a ausência de estrutura adequada e de profissionais qualificados nos serviços municipais de inspeção representa um obstáculo ao monitoramento efetivo e à certificação das unidades produtoras.

Nesse sentido, Belik (2017) salienta que a ausência de um sistema de inspeção eficiente e acessível dificulta a inserção dos produtos das agroindústrias familiares nos mercados formais e limita seu potencial de expansão.

Como visto anteriormente, a Lei nº 13.680/2018 (Selo Arte) é vista como uma oportunidade para valorização da agroindústria artesanal e permite a flexibilização de exigências sanitárias sem prejuízo à qualidade e à segurança alimentar, mas sua efetiva aplicação depende da orientação técnica adequada e da simplificação dos processos regulatórios.

5.4 Desafios e oportunidades

A análise consolidada revelou que os eixos mais críticos de dificuldade enfrentados são de natureza financeira e institucional. O Quadro 2 detalha a percepção de dificuldade considerando a Escala Likert.

Quadro 2 - Média de dificuldade percebida por aspecto (Escala 1 a 6)

Aspecto	Média de Dificuldade	Nível de Dificuldade
Falta de capital inicial ou de giro	4,35	Difícil
Acesso a crédito	4,29	Difícil
Burocracia para legalização	4,24	Difícil
Acesso a mercado para os produtos	3,35	Moderada
Falta de equipamentos adequados	3,24	Moderada
Assistência técnica de qualidade	3,24	Moderada
Exigências sanitárias e legais	3,18	Moderada

Fonte: Dados da Pesquisa (2025).

Os resultados confirmam que o tripé Capital, Crédito e Burocracia configura o maior obstáculo. Essa dificuldade corrobora a tese de Mattei e Schneider (2013), que destacam a dificuldade de acesso ao crédito pela maioria dos agros industrializadores familiares, os quais encontram entraves burocráticos e falta de articulação institucional.

Por outro lado, as oportunidades identificadas incluem a expansão dos mercados institucionais (PAA e PNAE), o crescimento da demanda por produtos artesanais e a integração via cooperativas. Grisa e Schmitt (2013), nesse sentido, enfatizam que os programas públicos de compras institucionais têm sido fundamentais para a consolidação das agroindústrias familiares, ao garantir mercado e estimular a formalização e a organização dos produtores. Outra oportunidade reside na valorização da identidade territorial e da produção sustentável. Sabourin (2007) aponta que a agroindústria familiar constitui um campo fértil para a inovação social e técnica, pois articula saberes locais com práticas sustentáveis, ampliando as possibilidades de inserção econômica dos agricultores.

5.5 Aplicação das políticas de fomento e comercialização na microrregião da Aglomeração Urbana de São Luís

Na microrregião da Aglomeração Urbana de São Luís, composta pelos municípios de São Luís, São José de Ribamar, Paço do Lumiar e Raposa, as políticas públicas voltadas à agricultura familiar têm desempenhado papel relevante, embora sua efetividade ainda seja desigual. O PRONAF representa a principal fonte de crédito e incentivo à modernização produtiva, porém muitos agricultores e agroindústrias familiares enfrentam dificuldades para acessá-lo de forma plena. As principais barreiras envolvem a falta de capacitação para

elaboração de projetos, a ausência de Cadastro da Agricultura Familiar (CAF) atualizado e a escassez de assistência técnica continuada, o que limita o alcance e a aplicação eficiente dos recursos financeiros. Como destacam Grisa e Schneider (2014), o crédito rural só se converte em instrumento de desenvolvimento quando articulado a políticas complementares, como a ATER e a comercialização.

Nos processos de comercialização, as políticas públicas de compra, como o PAA e o PNAE, permitem a integração da produção familiar em mercados institucionais, favorecendo a geração de renda no meio rural. Um exemplo é o PNAE (Lei nº 11.947/2009), que estabelece a obrigatoriedade de aplicar ao menos 30% dos recursos destinados à alimentação escolar em produtos oriundos da agricultura familiar (Brasil, 2009). Contudo, a participação efetiva dos produtores enfrenta diversos obstáculos administrativos e operacionais (Grisa; Schneider, 2015).

Entre as principais dificuldades na microrregião estão a burocracia envolvida nos editais de chamada pública, a falta de regularização sanitária e fiscal das agroindústrias e a ausência de articulação entre as Secretarias de Educação e Agricultura, o que compromete o planejamento e a execução das compras institucionais e limita o escoamento da produção.

Segundo Pires e Ramos (2019), o desenvolvimento rural por meio da política de alimentação escolar depende da capacidade local de ofertar produtos de forma contínua, com qualidade e em conformidade com as exigências legais.

O PAA, por sua vez, apresenta modalidades vantajosas para a comercialização de produtos agro industrializados, como polpas, pães, bolos e derivados da mandioca, permitindo a venda direta para entidades socioassistenciais e bancos de alimentos. Contudo, sua execução ainda depende fortemente da capacidade institucional das prefeituras e da existência de associações ou cooperativas organizadas. Nos municípios onde há organizações mais estruturadas e apoio técnico de instituições como a AGERP, a SEMAPA e o SEBRAE/MA, os resultados são mais expressivos e o número de produtores participantes é maior. Já em localidades com associações fragilizadas, sem assessoria técnica e com estruturas produtivas precárias, a adesão ao programa é bastante limitada.

Outro desafio relevante refere-se à adequação sanitária e à rotulagem dos produtos, uma vez que muitas agroindústrias familiares da região operam de forma semiformal, com registro fiscal (CNPJ ou CAF), mas sem todas as licenças exigidas pelos órgãos de vigilância sanitária. Essa situação impede a participação plena em editais públicos, criando um paradoxo: o produtor é reconhecido pela política de fomento, mas não consegue acessar plenamente as políticas de comercialização (Wesz Júnior, 2012).

Tal limitação reforça a importância de uma assistência técnica orientada para a agroindustrialização, capaz de oferecer apoio em boas práticas de fabricação, adequação de instalações, comercialização e gestão administrativa (Sambuichi et al., 2016). Além das dificuldades burocráticas, existe a concorrência com o mercado urbano convencional, que oferece pagamento à vista e menor exigência documental. Essa dinâmica mostra que, para serem mais atrativas, as políticas públicas precisam garantir previsibilidade, pagamento em dia e desburocratização nos processos de compra e repasse, como condição para aumentar a participação e a competitividade (Grisa; Schneider, 2015).

Em síntese, pode-se afirmar que as políticas de fomento e comercialização na Aglomeração Urbana de São Luís estão presentes, mas ainda não consolidadas de forma homogênea. Seu impacto é mais perceptível entre grupos formalizados e articulados em associações, que recebem acompanhamento técnico e possuem infraestrutura mínima adequada. Já os empreendimentos informais permanecem à margem, enfrentando dificuldades estruturais, legais e organizacionais que comprometem o acesso a crédito e mercados públicos.

Assim, a efetividade dessas políticas depende da integração entre fomento, assistência técnica e comercialização, condição essencial para que as agroindústrias familiares locais se fortaleçam e contribuam de modo sustentável para o desenvolvimento regional.

5.6 Desafios de inspeção sanitária e regulação

O sistema de inspeção sanitária brasileiro está estruturado em três níveis de competência: municipal (SIM), estadual (SIE) e federal (SIF), sob a coordenação do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (SUASA). Para que os produtos de origem animal possam circular entre estados, é necessário que o serviço de inspeção municipal ou estadual seja reconhecido como equivalente ao SIF, por meio do Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal (SISBI-POA). Esse arranjo busca assegurar padrões sanitários uniformes e garantir a segurança dos alimentos.

Entretanto, a efetivação desse sistema é desigual e assimétrica entre os territórios. Em muitos municípios de pequeno porte, como Paço do Lumiar, Raposa e São José de Ribamar, ainda faltam infraestrutura adequada, corpo técnico especializado e orçamento próprio para manter o Serviço de Inspeção Municipal (SIM) em pleno funcionamento. Na prática, essa limitação impede que as agroindústrias locais obtenham o registro sanitário necessário para

comercializar legalmente dentro do município. De acordo com Belik (2017), a insuficiência e a baixa capilaridade dos sistemas de inspeção comprometem a inserção das agroindústrias familiares nos mercados formais, restringindo sua capacidade de expansão e sua contribuição para o desenvolvimento local.

Esse cenário cria uma barreira institucional ao crescimento das agroindústrias familiares da microrregião. Muitos empreendimentos que produzem polpas de frutas, bolos, massas, derivados da mandioca ou pescado beneficiado operam em condições semiformais, com CNPJ ativo, mas sem o selo sanitário necessário. Como resultado, acabam restritos à venda direta em feiras, mercados locais ou para vizinhanças, o que reduz a margem de lucro e dificulta o acesso a políticas de comercialização como o PAA e o PNAE. Isso gera um círculo vicioso: sem o selo, não podem vender para programas públicos; sem mercado institucional, não conseguem recursos para se adequar sanitariamente.

Em São Luís, o Serviço de Inspeção Municipal (SIM - São Luís) possui alguma estrutura e já realizou parcerias com a Secretaria Municipal de Agricultura, Pesca e Abastecimento (SEMAPA) e com a Agência Estadual de Defesa Agropecuária do Maranhão (AGED) para auxiliar empreendimentos na regularização. Contudo, os demais municípios da microrregião ainda dependem fortemente da inspeção estadual (SIE/AGED), cuja cobertura é limitada pela demanda regional e pelo número reduzido de fiscais.

O fortalecimento do sistema sanitário municipal é, portanto, condição essencial para a inclusão produtiva das agroindústrias familiares. Isso exige investimentos em capacitação técnica, contratação de profissionais habilitados e adesão ao SISBI-POA, permitindo o reconhecimento da equivalência sanitária e a comercialização em escala regional. Além disso, a integração entre SIM, SIE e SUASA pode criar um ambiente regulatório mais acessível, favorecendo a formalização, a segurança alimentar e a competitividade das agroindústrias familiares da Aglomeração Urbana de São Luís.

5.7 Síntese interpretativa dos resultados

As agroindústrias familiares da Aglomeração Urbana de São Luís representam um setor estratégico com alto potencial de agregação de valor. Contudo, esse potencial é travado por entraves estruturais e institucionais. O perfil produtivo diversificado contrasta fortemente com a precariedade de infraestrutura, evidenciado pelo Diagnóstico das Casas de Farinha (SEMAPA, 2024) e a baixa formalização.

A pesquisa evidencia a necessidade urgente de uma política pública integrada que simplifique as exigências legais, modernize a ATER e amplie o acesso ao crédito. Grisa e Schneider (2015) argumentam que as agroindústrias familiares são fundamentais para a dinamização econômica do campo, pois promovem a agregação de valor aos produtos primários e fortalecem os circuitos curtos de comercialização. Nesse sentido, Schneider, Cassol e Gazolla (2016) ressaltam que os circuitos curtos de comercialização são cruciais, pois valorizam a produção local ao reduzir a presença de intermediários e, consequentemente, aproximar produtores e consumidores. Essa característica se mostra fundamental na microrregião, dada a proximidade do mercado urbano. Apesar dos desafios, a microrregião é um campo fértil para políticas territorializadas que transformem as agroindústrias familiares em vetores de desenvolvimento sustentável e inclusão produtiva.

6. VULNERABILIDADE E DESAFIOS ESTRUTURAIS

Não obstante o potencial produtivo das agroindústrias familiares da microrregião, evidenciado pela forte vocação para o processamento de polpas de frutas (56,3%), a plena consolidação e expansão do setor são limitadas por um ciclo de vulnerabilidade complexo. Esta condição é sustentada por fragilidades estruturais, institucionais e organizacionais que se interconectam.

O primeiro eixo de vulnerabilidade reside na precariedade estrutural e na obsolescência técnica. A pesquisa revelou que 64,7% das unidades têm sua capacidade produtiva restringida pela inadequação da infraestrutura e dos equipamentos, o que compromete a qualidade final do produto. Este quadro é agravado pela antiguidade dos empreendimentos (mais da metade implantada antes de 2019), fator que dificulta a incorporação de inovações e a adequação às normas sanitárias vigentes. Conforme destacam Schneider e Cassol (2013), fragilidades estruturais, acentuadas pela baixa capacidade de investimento, constituem barreiras centrais à modernização, elevando custos operacionais e comprometendo a sustentabilidade econômica dos empreendimentos.

O segundo eixo crítico é o gargalo institucional e financeiro, evidenciado pelo alto índice de informalidade do setor, com a grande maioria das unidades não estando totalmente formalizada. Esse déficit regulatório decorre, principalmente, da percepção de burocracia excessiva e de custos elevados no processo de legalização e de obtenção da regularização sanitária, sendo a burocracia apontada como o principal obstáculo por 60% dos produtores que tentaram formalizar-se. O contexto de informalidade e os entraves burocráticos limitam o acesso ao crédito: 56,3% dos empreendedores nunca utilizaram financiamento. Esta restrição de acesso ao capital, conforme analisado por Mattei e Schneider (2013), impede o investimento necessário para superar a precariedade técnica e, consequentemente, perpetua o ciclo de vulnerabilidade.

O terceiro eixo de vulnerabilidade é a baixa articulação coletiva e o suporte técnico inadequado (Capítulo 5.2). A fragilidade organizacional é marcada pela predominância da atuação individual (64,7%), o que reduz o poder de negociação e o acesso a mercados formais. Essa situação é agravada pelo severo déficit de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER): 70,6% dos produtores não receberam suporte técnico para suas agroindústrias. O foco da ATER existente é desequilibrado, concentrando-se no manejo da produção e ignorando totalmente áreas estratégicas para o desenvolvimento empresarial, como Gestão

Financeira e Formalização (0% de suporte). A falta de suporte nessas áreas-chave agrava os gargalos institucionais e financeiros. Assim, a ampliação da ação coletiva e a oferta de ATER especializada são essenciais para agregar valor e promover a inclusão produtiva, conforme ressaltado por Sambuichi et al. (2016).

Em suma, a superação das vulnerabilidades estruturais, financeiras e de suporte é indispensável para que as agroindústrias familiares se transformem em vetores efetivos de desenvolvimento sustentável e inclusão produtiva (Grisa; Schneider, 2015), exigindo uma abordagem intersetorial e integrada das políticas públicas.

7. RECOMENDAÇÕES PARA O SETOR

A superação das vulnerabilidades identificadas na microrregião de São Luís — que envolvem desde a precariedade física (64,7%) até a ausência de suporte em gestão (0%) — exige uma agenda de intervenções que harmonize a urgência da regularização com a sustentabilidade de longo prazo. Para tanto, as recomendações seguem uma hierarquia temporal e funcional:

A) Curto Prazo: Qualificação e Regularização Emergencial (Até 1 ano). O foco inicial deve residir na correção do déficit de suporte técnico (70,6% de desassistência). Recomenda-se a implementação imediata de programas de ATER Agroindustrial, com foco em Boas Práticas de Fabricação (BPF) e regularização documental (CAF/CNPJ). Esta etapa é a causa necessária para viabilizar qualquer acesso posterior ao crédito, pois ataca a informalidade que hoje exclui 76,5% das unidades. Conforme ressaltam Mattei e Schneider (2013), o acompanhamento técnico especializado é o que impede que o empreendimento familiar permaneça estagnado na informalidade.

B) Médio Prazo: Estruturação Física e Logística (1 a 3 anos). Uma vez qualificado o produtor, a proposta avança para a solução da obsolescência técnica. Prioriza-se a construção de unidades coletivas de beneficiamento (cozinhas industriais e galpões comunitários). Esta medida visa ratear custos operacionais e diluir as exigências estruturais da vigilância sanitária em empreendimentos coletivos. Como destacam Sambuichi et al. (2016), a melhoria da infraestrutura básica — energia estável, água tratada e transporte rural — é o que determina se as políticas de fomento conseguirão, de fato, fortalecer os arranjos produtivos locais.

C) Longo Prazo: Consolidação de Mercados e Governança Territorial (Acima de 3 anos) A etapa final foca na valorização territorial e diferenciação mercadológica. Propõe-se a criação de selos de origem e certificações artesanais que incorporem a identidade cultural como pilar estratégico (Veiga, 2005). Para que essa valorização atinja escala, é imprescindível consolidar mecanismos de cooperação intermunicipal (políticas de segunda geração), permitindo que a produção circule livremente na microrregião sob um sistema de inspeção unificado e robusto (Grisa; Schmitt, 2013).

7.1 Papel dos atores institucionais

A efetividade deste plano depende de uma atuação sinérgica, onde cada ente assume uma responsabilidade específica no ciclo de desenvolvimento:

- Estado (SAF/AGERP): Atua como o principal indutor das Políticas Públicas e do Fomento. Cabe ao Estado a integração entre o crédito (PRONAF/Agroamigo) e a comercialização, além de liderar a reorientação da AGERP para uma assistência técnica que transcenda a produção primária e contemple a gestão financeira, comercialização, marketing.

- Municípios (Prefeituras): Responsáveis pela Infraestrutura e Inspeção Local. Devem garantir os serviços básicos nos polos produtivos e fortalecer o Serviço de Inspeção Municipal (SIM). O papel das prefeituras é promover uma flexibilização sanitária responsável, permitindo a inclusão produtiva sem comprometer a segurança alimentar (Lima et al., 2021).

- ATER e Instituições de Ensino (UEMA): Atuam como o braço da Inovação e Extensão. A UEMA deve fornecer o suporte científico em BPF e análises de qualidade, enquanto os órgãos de ATER devem garantir presença constante no campo, orientando o produtor no cumprimento das exigências do Selo Arte e de outras certificações artesanais.

- Cooperativas e Associações: Representam a Organização Social. São os atores fundamentais para ampliar o poder de negociação e gerir as unidades coletivas. Segundo Sabourin (2017), a cooperação organizada é a única base capaz de garantir a sustentabilidade econômica frente à concorrência dos mercados formais urbanos.

7.2 Matriz de Articulação Causa-Proposta

Quadro 3 - Matriz de articulação causa-proposta

Prazo	Gargalo Prioritário (Causa)	Proposta Estratégica	Ator Líder
Curto	Déficit de ATER em Gestão	Capacitação em BPF e Formalização	AGERP / UEMA
Médio	Infraestrutura Precária	Unidades Coletivas e Crédito Orientado	SAF / Prefeituras
Longo	Barreiras de Mercado	Selos Territoriais e Consórcios de Inspeção	Cooperativas / Estado

Fonte: elaborado pelo autor.

Em síntese, a reestruturação do setor na microrregião de São Luís depende de uma abordagem intersetorial que conecte a base produtiva ao mercado, transformando entraves históricos em oportunidades de inclusão socioeconômica.

8. CONCLUSÃO

A investigação validou a hipótese central: embora as agroindústrias familiares apresentem grande potencial para o desenvolvimento rural sustentável, sua consolidação é severamente limitada por entraves estruturais, técnicos e institucionais.

O setor demonstrou alta diversidade produtiva, com predominância de polpas e sucos de frutas (52,9%), refletindo a vocação agroalimentar regional e a facilidade de inserção nos circuitos curtos de comercialização.

Em síntese, as agroindústrias familiares da microrregião da Aglomeração Urbana de São Luís são vetores centrais de transformação econômica, social e cultural. Sua consolidação depende não apenas de investimentos materiais, mas sobretudo de estratégias de gestão participativa e políticas públicas articuladas, capazes de reconhecer a especificidade e o potencial inovador desse segmento.

A agroindustrialização familiar representa, além de uma alternativa econômica, uma forma de resistência e afirmação da agricultura familiar como agente fundamental para o desenvolvimento sustentável no Maranhão.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. Ações para a construção de um desenvolvimento rural sustentável. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 14, n. 38, p. 121-134, jan./abr. 2000.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Edição revista e ampliada. Lisboa: Edições 70, 2011.

BELIK, W. Segurança alimentar e sistemas de inspeção no Brasil. In: DELGADO, G. C. (Org). **Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro**. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017. p. 221-243. Disponível em: https://www.cfn.org.br/wp-content/uploads/2017/10/Agricultura_Familiar.pdf. Acesso em: 03 out. 2025.

BRASIL. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 25 jul. 2006.

BRASIL. **Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009**. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica, altera as Leis nº 10.880, de 9 de junho de 2004, nº 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, nº 11.507, de 20 de julho de 2007, revoga dispositivos da Medida Provisória nº 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei nº 8.913, de 12 de julho de 1994, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2009. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/11947.htm. Acesso em: 04 out. 2025.

BRASIL. Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010. Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 12 jan. 2010.

BRASIL. Lei nº 13.680, de 14 de junho de 2018. Altera a Lei nº 1.283/1950, dispondo sobre a produção artesanal de alimentos de origem animal. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 15 jun. 2018.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Selo Arte certifica produtos artesanais e amplia a comercialização da produção**. Brasília, DF: MAPA, 2021.

BRITO, M.; BERALDO, K. A.; SOUSA, D. N. de. Estrutura produtiva da agricultura familiar no Maranhão: comparação entre os censos agropecuários de 2006 e 2017. **Revista Sobre Desenvolvimento**, v. 6, n. 9, p. 913-929, 2020. Disponível em: <https://rsdjournal.org/rsd/article/view/8193>. Acesso em: 18 out. 2025.

CUNHA, F. L. S.; REIS, A. B. Desafios e potencialidades das agroindústrias familiares no Maranhão: um estudo de caso. **Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional**, São Luís, v. 8, n. 1, p. 1-15, jan./abr. 2020.

DAMBRÓS, J.; VALDEMAR, João Carlos. **A multifuncionalidade da agricultura familiar e o desenvolvimento rural sustentável**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015.

DAROLT, M. R. Mercados locais, circuitos curtos e novas relações produção–consumo. In: NIEDERLE, P. A.; ALMEIDA, L.; VEZZANI, F. M. (org.). **Agroecologia: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura**. Curitiba, PR: Editora Kairós, 2013. p. 139–170.

DELGADO, Guilherme Costa. **Do capital financeiro à economia do agronegócio: mudanças e permanências na questão agrária do Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.

FLICK, U. **Desenho da pesquisa qualitativa**. Porto Alegre, RS: Artmed, 2009.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2019.

GOMES, L. A.; MATTEI, L. A. Agroindústria familiar no Brasil: modelos, desafios e políticas públicas. **Revista Desenvolvimento em Debate**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, p. 40-60, jul./dez. 2020.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e Estado no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 52, supl. 1, p. 125-146, 2014.

GRISA, Cátia; SCHNEIDER, Sergio (org.). **Políticas públicas de fomento à agricultura familiar no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2017: resultados definitivos**. Rio de Janeiro, RJ: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2017.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica**. 8. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2017.

LEITE, S. P. (org.). **Políticas públicas e agricultura familiar no Brasil: um balanço crítico**. Porto Alegre, RS: Editora da UFRGS, 2015.

LIMA, C. M. A. et al. O Selo Arte como instrumento de valorização da agroindústria artesanal e familiar no Brasil. **Revista Extensão Rural**, Santa Maria, v. 28, n. 1, p. 85-99, jan./abr. 2021.

MATTEI, L. Agronegócio, agricultura familiar e desenvolvimento rural no Brasil. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 23, n. 1, p. 77-101, jan./abr. 2006.

MATTEI, L.; SCHNEIDER, S. Políticas públicas para a agroindústria familiar: o papel do PRONAF. **Revista Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, p. 5-28, jan./abr. 2013.

MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14. ed. São Paulo, SP: Hucitec, 2017.

MOURA, M. D. et al. PAA e PNAE: impactos no escoamento e na renda da agricultura familiar. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, v. 25, n. 1, p. 80-99, jan./jun. 2021.

NIEDERLE, P. A. **Mercados e agricultura familiar**: interfaces, formas de engajamento e as mudanças recentes. Porto Alegre, RS: Editora da UFRGS, 2014.

ONU. Organização das Nações Unidas. **Nosso Futuro Comum** (Relatório Brundtland). Genebra: Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, 1987.

PELLEGRINI, P.; GAZOLLA, M. S. Agroindústrias familiares, mercados e fatores territoriais: aspectos institucionais da informalidade. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 46, n. 2, p. 441-468, abr./jun. 2008.

PEREIRA, C. N.; CASTRO, C. N. de. Assistência técnica e extensão rural no Brasil e no mundo: qual o papel da ATER pública? **Revista de Política Agrícola**, Brasília, v. 30, n. 2, p. 74-88, maio/ago. 2021.

PIRES, R.; RAMOS, R. O papel das compras institucionais na dinamização da agricultura familiar: desafios e perspectivas. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, v. 23, n. 2, p. 201-220, 2019.

RIBEIRO, J. A. Extensão rural e desenvolvimento agroindustrial no Maranhão: desafios e perspectivas. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, v. 26, n. 2, p. 115–132, 2021.

SABOURIN, E. A agroindústria familiar: estratégia de desenvolvimento sustentável e territorial. **Revista Sustentabilidade em Debate**, Brasília, v. 8, n. 2, p. 110-125, maio/ago. 2017.

SABOURIN, E. A emergência da inovação social no rural brasileiro: o caso da agroindústria familiar. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, p. 331-358, out. 2007.

SABOURIN, E.; MASSARDIER, G.; PEREIRA, L. Políticas públicas e desenvolvimento rural no Brasil: limites e desafios da ATER pública. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 58, n. 1, e190532, 2020.

SAMBUICHI, R. H. R. Compras públicas sustentáveis e agricultura familiar: a experiência do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). In: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura. **O Mundo Rural no Brasil do Século 21**: a formação de um novo padrão agrário e agrícola. Brasília, DF: MDA/IICA, 2014. p. 459-501.

SAMBUICHI, R. H. R. et al. Assistência técnica e extensão rural: desafios e possibilidades para a agricultura familiar no Brasil. **Revista de Política Agrícola**, Brasília, v. 25, n. 1, p. 80–93, jan./abr. 2016.

SANTOS, E. S.; SOUSA, M. S. A agricultura familiar no Maranhão: um panorama socioeconômico. **Revista GeoNorte**, Manaus, v. 10, n. 22, p. 80-99, jan./jun. 2019.

SCHNEIDER, S. (Org.). **A diversidade da agricultura familiar**. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/232207>. Acesso em: 03 out. 2025.

SCHNEIDER, S. **A agricultura familiar no Brasil: desafios e perspectivas**. São Paulo, SP: Fundação Perseu Abramo, 2014.

SCHNEIDER, S. A pluriatividade na agricultura familiar. In: **Manejo florestal sustentável e agricultura familiar na Amazônia**. Belém: Embrapa Amazônia Oriental, 2003. p. 301-324.

SCHNEIDER, S. Circuitos curtos de comercialização e o desenvolvimento territorial. **Estudos de Sociologia**, Recife, v. 21, n. 2, p. 85-98, jul./dez. 2016.

SCHNEIDER, S.; CASSOL, A. **A agricultura familiar no Brasil**. Santiago: Rimisp – Centro Latino-americano para o Desenvolvimento Rural, 2013.

SCHNEIDER, S.; CASSOL, A.; GAZOLLA, M. Circuitos curtos de comercialização e sistemas agroalimentares. **Agricultura Familiar**, Porto Alegre, v. 10, n. 2, p. 80-95, maio/ago. 2016.

SEMAPA. Secretaria Municipal de Agricultura, Pesca e Abastecimento. **Diagnóstico das Casas de Farinha de São Luís**. São Luís, MA: SEMAPA, 2023.

SILVA, J. G.; DEL GROSSI, M. E. **A agricultura familiar e as novas dinâmicas do desenvolvimento rural**. Campinas, SP: UNICAMP, 2001.

SILVA, M. A.; ARAÚJO, L. C. Desafios de acesso aos mercados institucionais pela agroindústria familiar. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, v. 25, n. 1, p. 70-85, jan./jun. 2021. ok

SILVA, R.; MATTEI, L. O PRONAF e a institucionalização da agricultura familiar no Brasil. In: MATTEI, L. (org.). **Políticas públicas e desenvolvimento rural**. Florianópolis, SC: Editora da UFSC, 2020. p. 45–63.

SILVA, T. et al. Verticalização da produção e agroindústria familiar: estratégias de geração de renda. **Cadernos de Agroecologia**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, p. 30-45, 2016.

SILVA, T. M. D.; ALVES, S. I. S.; MOURA, C. M. S.; AMORIM, C. N. A. Serviço de Inspeção Municipal em municípios maranhenses como ferramenta de desenvolvimento local e inclusão social. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**, v. 10, n. 11, p. 978–995, 2023. DOI: 10.37885/221110978. Disponível em: <https://www.editoracientifica.com.br/articles/code/221110978>. Acesso em: 02 out. 2025.

SOUZA, E. M.; BORGES, G. M. Agroindustrialização familiar: entraves e possibilidades para o desenvolvimento territorial. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba, v. 56, n. 4, p. 651-666, out./dez. 2018.

SOUZA, E. M.; BRASIL, M. K. **Desenvolvimento rural sustentável e políticas públicas**. Brasília, DF: IPEA, 2018.

VEIGA, J. E. **Desenvolvimento Sustentável: O desafio do século XXI**. 3. ed. Rio de Janeiro, RJ: Garamond, 2005.

WESZ JÚNIOR, V. J. A dimensão política e a construção social de mercados: o caso da agroindústria familiar. **Redes**, Santa Cruz do Sul, v. 17, n. 3, p. 116-138, set./dez. 2012.

APÊNDICE A – Questionário aplicado aos proprietários das agroindústrias

Questionário – Agroindústrias Familiares da Microrregião da Aglomeração Urbana de São Luís (MA)

Objetivo da pesquisa: Analisar os desafios e oportunidades enfrentados pelas agroindústrias familiares da microrregião da Aglomeração Urbana de São Luís, com ênfase nos aspectos técnicos, legais, financeiros, organizacionais e de infraestrutura.

Instruções: As respostas são confidenciais e utilizadas exclusivamente para fins acadêmicos. Em caso de dúvida, o pesquisador poderá auxiliar no preenchimento.

1. BLOCO 1 – IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO E DA AGROINDÚSTRIA

Nome (opcional): _____

- Município da agroindústria:

☐ São Luís ☐ São José de Ribamar ☐ Raposa ☐ Paço do Lumiar

- Você se considera agricultor(a)/empreendedor(a) familiar? ☐ Sim ☐ Não

- Qual sua idade?

☐ Menor de 25 anos ☐ 25 a 35 anos ☐ 36 a 45 anos ☐ 46 a 60 anos

☐ Acima de 60 anos

☐ Menor de 20 anos (..) 21 a 30 anos ☐ 31 a 40 anos ☐ 41 a 50 anos

(..) 51 a 60 anos ☐ 61 a 70 anos ☐ Acima de 70 anos

- Sexo: ☐ Masculino ☐ Feminino ☐ Outro.....

- Grau de escolaridade:

☐ Não alfabetizado ☐ Ensino fundamental incompleto ☐ Ensino fundamental completo ☐ Ensino médio incompleto ☐ Ensino médio completo

☐ Ensino superior incompleto ☐ Ensino superior completo

2. BLOCO 2 – PERFIL DA AGROINDÚSTRIA FAMILIAR

1. Qual o tipo de produto processado pela agroindústria? (marcar mais de uma se necessário)

☐ Panificados (pães, bolos, biscoitos) ☐ Polpas de frutas ☐ Doces e compotas

☐ Laticínios (queijo, leite, manteiga) ☐ Conservas (molhos, picles, etc.)

☐ Outros: _____

2. Qual a origem da matéria-prima utilizada na agroindústria?

☐ Produção própria ☐ Adquirida de outros agricultores familiares

☐ Adquirida de atacadistas/supermercados ☐ Mista (produção própria e de terceiros)

3. Qual o local/estado de origem da matéria-prima?

4. Ano de início das atividades da agroindústria: _____

5. A agroindústria está registrada/formalizada? ☐ Sim, totalmente formalizada (possui CNPJ, alvará, etc.) ☐ Parcialmente formalizada (alguns registros pendentes)

☐ Não formalizada

6. Se a agroindústria não é totalmente formalizada, por que? (pode marcar mais de uma)

☐ Não precisa formalizar ☐ Alto custo dos processos ☐ Burocracia excessiva

☐ Falta de informação sobre os procedimentos ☐ Não vejo necessidade ☐ Falta de tempo para lidar com o processo

☐ Outros: _____

7. A produção é realizada por: ☐ Família nuclear (pais e filhos) ☐ Família ampliada (parentes próximos) ☐ Colaboradores/empregados ☐ Associação ou cooperativa

☐ Outro: _____

8. Quantas pessoas trabalham atualmente na agroindústria? _____ Quantos da família _____ Quantos empregados _____

9. Você participa de alguma associação, cooperativa ou grupo informal de produtores?

☐ Sim ☐ Não

Se sim, de que forma essa participação tem auxiliado sua agroindústria?

10. Você tem planos para ampliar a infraestrutura ou a produção? ☐ Sim ☐ Não

3. BLOCO 3 – INFRAESTRUTURA E EQUIPAMENTOS

1. A estrutura da agroindústria está localizada:

☐ Na propriedade rural ☐ Em local alugado/cedido na zona urbana ☐ Em galpão próprio fora da propriedade ☐ Em galpão alugado fora da propriedade

☐ Outro: _____

2. Quais desses equipamentos sua agroindústria possui? (marcar os que se aplicam)

☐ Câmaras frias ☐ Seladora ou empacotadora ☐ Forno industrial

☐ Liquidificador industrial ☐ Balança ☐ Batedeira industrial

☐ Outros: _____

3. Em que medida a infraestrutura e os equipamentos existentes limitam a sua capacidade de produção?

☐ Não limitam ☐ Limitavam, mas hoje são adequados ☐ Limitam a produção

☐ Limitam a produção e comprometem a qualidade do produto

4. BLOCO 4 – ASSISTÊNCIA TÉCNICA E POLÍTICAS PÚBLICAS

1. Você já recebeu assistência técnica para implantação ou funcionamento da agroindústria?

☐ Sim ☐ Não

Se sim, de qual instituição? _____

2. Se sim, como você avalia a qualidade e a utilidade dessa assistência?

☐ Muito ruim ☐ Ruim ☐ Razoável ☐ Bom ☐ Muito boa

3. Em quais áreas você recebeu assistência técnica? (pode marcar mais de uma)

☐ Gestão financeira ☐ Boas práticas de fabricação ☐ Marketing e vendas

☐ Formalização e legislação ☐ Manejo da produção

☐ Outros: _____

4. Você conhece ou participa de alguma política pública de apoio à agroindústria familiar?

☐ Sim ☐ Não

Se sim, qual? _____

5. Quanto a financiamentos para empregar na agroindústria:

☐ Nunca usei ☐ Uso e ainda estou pagando ☐ obtive e já quitei o
financiamento ☐ Ainda não usei, mas pretendo obter financiamento

Se sim, por qual banco ou programa? _____

5. BLOCO 5 – DESAFIOS E DIFICULDADES ENFRENTADAS

1. Qual o seu nível de dificuldade em cada um dos seguintes aspectos? (em uma escala de 1 a 6, onde 1=Nenhuma dificuldade; 2=Muito fácil; 3= Fácil; 4=Moderada, 5=Difícil e 6 é 6=Muito difícil)

- Falta de capital inicial ou de giro: ☐ 1 ☐ 2 ☐ 3 ☐ 4 ☐ 5 ☐ 6
- Falta de equipamentos adequados: ☐ 1 ☐ 2 ☐ 3 ☐ 4 ☐ 5 ☐ 6
- Acesso a crédito: ☐ 1 ☐ 2 ☐ 3 ☐ 4 ☐ 5 ☐ 6
- Exigências sanitárias e legais: ☐ 1 ☐ 2 ☐ 3 ☐ 4 ☐ 5 ☐ 6
- Burocracia para legalização: ☐ 1 ☐ 2 ☐ 3 ☐ 4 ☐ 5 ☐ 6
- Acesso a mercado para os produtos: ☐ 1 ☐ 2 ☐ 3 ☐ 4 ☐ 5 ☐ 6
- Assistência técnica de qualidade: ☐ 1 ☐ 2 ☐ 3 ☐ 4 ☐ 5 ☐ 6

2. Se você tentou obter a regularização sanitária, em qual situação você se encontra?

☐ Concluída com facilidade ☐ Concluída com dificuldade (muito burocrática ou cara)

☐ Tentada, mas interrompida ☐ Nunca foi iniciada

3. Se a regularização foi concluída ou tentada, qual foi o principal obstáculo?

☐ Falta de informação ☐ Custo elevado ☐ Falta de apoio técnico ☐

Processo burocrático e lento

☐ Outros: _____

4. Onde você costuma comercializar seus produtos? (pode marcar mais de uma)

- ☐ Feiras locais ☐ Mercados e supermercados ☐ Entrega direta (porta a porta)
- ☐ Internet e redes sociais ☐ Programas governamentais (PAA, PNAE, etc.)
- ☐ Outros: _____

6. BLOCO 6 – SUGESTÕES E PERSPECTIVAS

1. Qual a porcentagem da renda familiar que vem da agroindústria?

- ☐ Menos de 25% ☐ 25% a 50% ☐ 51% a 75% ☐ Mais de 75% e menos de 100% ☐ 100%

2. O que você considera essencial para fortalecer a agroindústria familiar na sua região?

Resposta aberta:

3. Quais propostas você gostaria de apresentar aos órgãos públicos ou parceiros para melhorar o setor?

Resposta aberta:

Agradecemos sua colaboração! Seus dados contribuirão para uma pesquisa que visa fortalecer a agricultura familiar e suas agroindústrias.